



# ACTA N.º 2/2009

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE ABRIL DE 2009

Aos vinte e oito dias do mês de Abril, de dois mil e nove, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, José Manuel Silva que foi substituído por António Fernandes, Felisberto Ferreira Gonçalves que foi substituído por Artur Cordeiro, Cláudio de Jesus que foi substituído por Firmino Fonseca, Leonel Costa que foi substituído por Céline Pinheiro, Carlos Gomes Luso que foi substituído por Filipe Oliveira, Isabel Gonçalves que foi substituída por Manuel da Conceição Batista, Rui Silva Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista que foi substituído por José Guedes e Lino Pereira Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra que foi substituído por Joaquim Oliveira.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente Isabel Damasceno Campos e os senhores vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira, Neusa Magalhães, Carlos Martins e Eng.ª Isabel Gonçalves. O senhor vereador António Ferreira não compareceu à sessão.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados: Paulo Reis e Cristina Branco, respectivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

**1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.***



2. RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE 2008 – Apreciação e votação **nos termos da alínea c), do n.º 2 do art.º 3º da Lei n.º 169/99, DE 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/10;**
3. RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE 2008 – Apreciação e votação **nos termos da alínea c), do n.º 2 do art.º 3º da Lei n.º 169/99, DE 18/09 com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/10;**
4. ENTRADAS LIVRES NO CASTELO E TORRE DE MENAGEM – ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS RETROACTIVA AO DIA 18 DE ABRIL (DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS) – **Apreciação, discussão e votação;**
5. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (TUSPAR) PARA O ANO DE 2009 – **Apreciação, discussão e votação;**
6. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2009 – REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO - **Apreciação, discussão e votação;**
7. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – **Apreciação, discussão e votação;**
8. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CATARINA DA SERRA COM O OBJECTO «BENEFICIAÇÃO DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA LOUREIRA». ALTERAÇÃO DO VALOR PROTOCOLADO – **Apreciação, discussão e votação;**
9. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BOA VISTA. ALTERAÇÃO DO OBJECTO – **Apreciação, discussão e votação;**
10. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS. ALTERAÇÃO DO OBJECTO – **Apreciação, discussão e votação;**
11. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA. ALTERAÇÃO DO OBJECTO – **Apreciação, discussão e votação;**
12. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA PARA O MERCADO MUNICIPAL DA MACEIRA. RECTIFICAÇÃO - **Apreciação, discussão e votação;**



13. PROJECTO DE REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL - **Apreciação, discussão e votação;**
14. CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O CENTRO SOCIAL BAPTISTA DE LEIRIA – **Apreciação, discussão e votação;**
15. AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 1537/03 EM NOME DE RIBALIZ FUTEBOL CLUBE – **Apreciação, discussão e votação;**
16. ALTERAÇÃO AO CONTRATO DA SOCIEDADE “GESTINLEIRIA – PARQUES EMPRESARIAIS DE LEIRIA, S. A.”. REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS REEMBOLSÁVEIS - **Apreciação, discussão e votação;**



### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito boa noite a todos!

Vamos dar início à nossa sessão.

Senhores Deputados, senhores Presidentes das Juntas, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, elementos da Comunicação Social e cidadãos do Município de Leiria que hoje aqui se encontram presentes, muito boa noite a todos, bem-vindos a esta Assembleia.

Vamos iniciá-la, promete ser longa, espero que não, vai depender naturalmente do comportamento dos senhores deputados. Ainda há pouco estava a referir a um de vós, que esperava que me deixassem chegar ao fim do mandato sem ter que cortar a palavra a alguém, o que é um cumprimento não à gestão da Mesa mas aos senhores deputados. Tem sido, não diria exemplar, porque acho que os superlativos não se devem utilizar, mas tem sido muito bom e agradeço-vos também essa ajuda que contribui muito para tornarmos esta Assembleia organizada e sobretudo eficiente.

Temos hoje um pedido, que foi recebido durante a semana, de renúncia de mandato do senhor deputado Joaquim Pereira Marques, que alega razões pessoais para abandonar a Assembleia e é substituído pelo elemento seguinte na lista, o senhor Nuno Santo, que foi convidado a manifestar a sua aceitação e que aceitou.

Pedem ainda a substituição por ausência, o senhor deputado José Manuel Silva, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, o deputado Leonel Costa, o senhor deputado Cláudio de Jesus, o senhor deputado Carlos Gomes Luso, a



deputada Maria Isabel Gonçalves, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra e o senhor deputado Felisberto Gonçalves.

Temos ainda o resumo da correspondência e que respeita apenas à recepção de algumas entidades das moções que fizemos chegar, e também alguns convites para eventos.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Antes de entrarmos no período de “Antes da Ordem do Dia”, temos um pedido para usar da palavra, no período de intervenção do público, do senhor Costa Alves, da Liga dos Combatentes.

Faça favor, dou-lhe três minutos!

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

#### ***COSTA ALVES (MUNÍCIPE)***

Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara e senhores Vereadores, excelentíssimos senhores deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia e demais pessoas presentes.

Todos se recordarão de mim, há um ano que por aqui ando a falar do dia 10 de Junho. O dia 10 de Junho é o Dia de Portugal, é um dia que devemos festejar, somos portugueses e temos por norma festejar esse dia. Este ano mais uma vez, os senhores já receberam a minha correspondência a solicitar-vos a vossa presença ali no largo no dia 10 de Junho, temos lá aquele memorial, e eu vinha novamente pedir aos senhores que aparecessem e que motivassem os vossos familiares e conterrâneos a estarem presentes.

Eu vinha também fazer o seguinte pedido:

O dia 10 de Junho é uma quarta-feira, dia 11 é Dia de Corpo de Deus, Leiria tem cerca de dezassete filarmónicas, e precisava que um dos senhores Presidentes de Junta motivasse a sua filarmónica, que mesmo à civil, venham tocar uma marcha militar e encerrar as cerimónias com o Hino Nacional.

No ano passado houve aquela situação do pedido de cento e dezasseis euros a todas as Juntas de Freguesia, neste momento ainda há cinco Juntas de Freguesia que não contribuíram, e é a elas que me dirijo neste momento, no sentido de reiterar esse pedido. Certamente já verificaram que há um monumento da Liga dos Combatentes mas eu não pertenço à Liga dos Combatentes, eu sou apenas o impulsionador da elaboração daquele memorial e não estou aqui como representante da Liga dos



Combatentes, a liga fez aquela estátua que está na Avenida 25 de Abril e que como podem verificar nada tem a ver com o memorial que foi feito. Contudo, gostaria que os senhores apreciassem as duas coisas porque têm uma a ver com a outra e mais uma vez eu peço a vossa contribuição para esse efeito.

Há uma outra coisa que eu pretendia que os senhores reflectissem e que é o seguinte:

No dia 10 de Junho e sobre este assunto a senhora Presidente da Câmara ainda não teve muito tempo para analisar o meu programa, mas neste dia gostava que fossem acariciados por vós e por aqueles que colaboram convosco, os senhores Presidentes de Junta têm colaboradores que merecem ser louvados e merecem ser distintos, inclusivamente os senhores Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara, porque daqui a amanhã vão-se embora e não fica nenhum registo da sua passagem por estes distintos cargos. Gostaria portanto que os senhores pensassem nisso e mesmo para este ano, se for necessário também se arranja espaço no programa e gostaria que os senhores louvassem os vossos funcionários, uma vez que todos eles dedicaram parte da sua vida em prol do Município.

Muito obrigado senhor Presidente por me ter concedido esta oportunidade.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor Costa Alves, julgo que o seu pedido foi registado por todos.

Dentro do anúncio da correspondência, esqueci-me de referir também que foi recebido o Relatório de Contas da Leirisport. É apenas um documento afirmativo e vou dar instruções para que ele seja distribuído pelas bancadas. De qualquer maneira ele também está disponível para consulta no site da Leirisport, mas se algum membro da Assembleia o quiser receber, por impossibilidade de o receber de outro modo, naturalmente se encaminhar o pedido também o faremos chegar.

Ora então, dentro daquilo que estava previsto temos uma apresentação que diz respeito ao Campeonato da Europa de Atletismo.

O senhor deputado Carlos André deseja interpelar a Mesa sobre isto? Faça favor.

### ***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, senhores membros da Mesa da Assembleia Municipal, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, imprensa e público presente, boa noite!



Não é a primeira vez que acontece a introdução, sem estar prevista pelo menos na agenda que nos é distribuída, de uma apresentação nas sessões da Assembleia Municipal.

Não temos nada, em princípio, contra as apresentações que se fazem na Assembleia Municipal. A memória que temos das apresentações que foram feitas até agora é que foram bastante entediadas, excessivamente exaustivas, ocuparam-nos o tempo, levaram-nos ao cansaço quase pela desistência e não se adequam a uma reunião desta natureza, muito menos quando marcada a meio de uma semana. Todos nós temos que trabalhar amanhã de manhã cedo e não me parece agradável que se repita aquilo que aconteceu nas outras vezes que houve apresentações.

Deixarei apenas este alerta à Mesa. Não vamos obviamente inviabilizar esta apresentação nem temos votos para isso. Se esta apresentação se anunciar como breve e não repetir aquilo que aconteceu nas outras apresentações que já foram feitas aqui, que ocuparam um tempo incomensurável desta Assembleia, é de saudar, agrada-nos que sejamos informados em relação a este projecto. Se a apresentação pretende prolongar-se por um tempo excessivo, saberão que é contrariados que a aceitamos.

#### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu devo dizer que tem toda a razão na sua observação. Em anteriores situações eu chamei a atenção exactamente para esse problema. Esta apresentação é contudo um pouco diferente, porque não se coadunava com a apresentação noutra lado e penso que é uma pré-apresentação de um evento que é importante para Leiria e que me foi prometido de que não levará mais do que cinco minutos a ser apresentado e pareceu-me que seria muito razoável apresentá-lo neste período de "antes da ordem do dia". Eu tive conhecimento prévio, autorizei, não me apercebi que por ser antes da ordem do dia, não aparece depois na convocatória e respectiva ordem de trabalhos. Faça favor Dr. Daniel Pereira.

#### ***DANIEL PEREIRA (GABINETE DA JUVENTUDE E DESPORTO)***

Então muito boa noite a todos. Serei extremamente breve.

A minha presença aqui é para vos dizer que algo super vai acontecer em Leiria, designadamente nos dias 20 e 21 de Junho. Trata-se do campeonato da Europa de



equipas, um evento de amplitude europeia, internacional, que vem na sequência da Taça da Europa de 2005 e da Taça da Europa de 2008.

É um evento para o qual estarão reunidas doze selecções de doze países, as doze maiores potências europeias de atletismo, o que representa a presença de mais de seiscentos atletas, cerca de cinquenta atletas por País, entre os quais cerca de três dezenas de medalhados olímpicos de Pequim.

Também do ponto de vista mediático, é um evento que irá consequentemente promover Leiria cidade, Leiria Concelho, Leiria Região, e Portugal naturalmente, para o qual são esperados sensivelmente duzentos e cinquenta jornalistas, quer das principais televisões, rádios, jornais e agências europeias, vinte e oito canais de televisão que irão fazer a cobertura do evento, o ante, o durante e o pós evento, que mobilizarão do ponto de vista de espectadores cerca de quarenta milhões, isto face a anteriores edições e provas semelhantes em anos transactos. Quarenta milhões de espectadores que *in loco*, ou televisivamente, poderão assistir às provas que terão lugar no sábado dia 20 e no Domingo 21 de Junho, sensivelmente a partir das quinze horas e quinze minutos no Domingo e quinze horas e trinta minutos no Sábado.

Um evento que do ponto de vista institucional conta com o envolvimento directo de entidades europeias e nacionais, públicas e privadas, entre as quais European Athletics, enquanto entidade reguladora da modalidade em termos europeus, e, num plano nacional, o IDP, a Federação Portuguesa de Atletismo e naturalmente o Município de Leiria enquanto anfitrião.

Trata-se de um evento cuja presença, cuja assistência, cuja participação directa, para toda a gente é gratuita, toda a informação inerente a este evento encontra-se no site [www.leiria2009.com](http://www.leiria2009.com), bem como, as reservas que irão ter lugar a partir da semana que vem, até ao dia 8 de Junho, poderão também ser feitas através deste endereço electrónico ou, de uma forma mais presencial através dos vários stands que irão ter lugar quer na Câmara Municipal de Leiria quer designadamente no Gabinete de Apoio ao Cidadão, no stand do Campeonato da Europa na Feira de Leiria em Maio, e em Junho no stand do Campeonato a Europa – Largo do Papa.

Muito importante também, a presença/assistência é gratuita. Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Ficam resolvidos os problemas do senhor deputado. Isto não é obviamente para discussão, mas se alguém tiver quiser alguma informação sobre este evento, poderá fazê-lo agora.



Não havendo, passamos de seguida ao período de “Antes da Ordem do Dia”, período de intervenções sobre assuntos de interesse para o Município. Estão abertas as inscrições.

Senhor deputado António Sequeira faça favor.

## ANTES DA ORDEM DO DIA

### ***DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)***

António Sequeira, PS.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores!

Queria apresentar aqui três assuntos e ponho-os na medida em que tenho verificado que, problemas deste género que aqui têm sido apresentados neste período de “antes da ordem do dia” têm sido em muitos casos resolvidos, e espero que com os meus assim aconteça.

A primeira chamada de atenção é sobre a hora de recolha dos ecopontos.

A recolha dos ecopontos é uma operação que ocupa uma grande parte da via, face à dimensão e à estrutura desses próprios elementos, e acontece que em certos sítios é feito a horas tipo oito da manhã, em que há pessoas, nomeadamente ali atrás do Pingo Doce, que chegam a estar oito e nove minutos paradas à espera, outros passando pelo lado proibido. Bom seria que fosse possível alterar os horários deste serviço, porque efectivamente faz com que muita gente perca o lugar de estacionamento que ainda vai conseguindo e não consiga chegar a horas ao trabalho.

O segundo assunto senhora Presidente, refere-se aos arrumadores que é um problema antigo e complicado e eu sou o primeiro a concordar que é de difícil resolução. Verifico no entanto, que nos parques concessionados a particulares não há arrumadores e verifico que em parques pagos, explorados pela Câmara, continua a haver arrumadores. E os mesmos polícias que nos parques concessionados conseguem que não haja arrumadores, não mostram a mesma eficiência nos outros. Basta comparar o que se passa na Avenida Marquês de Pombal em confronto com a situação da Avenida dos Combatentes. Portanto, parece-me que há duas atitudes diferentes dos guardas da Polícia de Segurança Pública em relação a este assunto, parecendo ser claramente mais benevolentes naqueles que não são concessionados a particulares.



Terceiro e último pedido que fazia, era em relação ao tapume da Praça Rodrigues Lobo.

O tapume daquela obra na Praça Rodrigues Lobo, que é inestético, é mal conservado e coberto de anúncios, está lá há imenso tempo. Tinha lá dentro vários equipamentos porque havia obras que se foram eternizando, devido a embargo das obras, julgo eu. Agora as obras têm todo o aspecto de estarem prontas, a casa está até bonita, a cor foi feliz, mas continua tapada pelo referido tapume, enorme em comprimento, enorme pelo espaço que ocupa, prejudicando tremendamente o aspecto da sala de visitas da nossa cidade.

Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

A seguir o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

Boa noite.

João Cunha, PSD.

Tenho aqui três assuntos para vos falar.

O primeiro tem a ver com uma incumbência que nos foi cometida na parte final da última Assembleia Municipal, relativamente à Comissão de Acompanhamento da ETES, dos contactos que fiz aqui já hoje, falta só o representante do CDS/PP indicar o respectivo nome. De forma que, senhor Presidente, já tenho aqui os nomes dos respectivos partidos que irão participar nessa Comissão de Acompanhamento da ETES.

Hoje houve uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, foram apresentados alguns indicadores concelhios respeitantes a esta matéria, por parte das entidades responsáveis da PSP e da GNR. Os indicadores que nos foram apresentados, foram deveras preocupantes, há registo de aumento de criminalidade na nossa região principalmente no que diz respeito aos crimes contra o Património. Há aqui realmente matéria para nos preocuparmos e nós pensamos que existe algum abandono acerca desta matéria, no que respeita aos meios e aos efectivos que são necessários para uma área territorial tão vasta, quanto aquela que estes dois organismos abarcam no que respeita à nossa região.



De maneira que, quero aqui manifestar desde logo a minha preocupação e quero partilhá-la com a Assembleia. Pelo que, tenho aqui uma moção que quero apresentar e que deixarei à Mesa para depois ser votada e que vou passar a ler:

### **Moção**

*“Reuniu hoje dia 28 de Abril de 2009, o Conselho Municipal de Segurança, tendo os responsáveis da PSP e da GNR procedido à apresentação dos dados estatísticos referentes à actividade operacional dos seus organismos, e à verificação da criminalidade e respectivos processos instaurados na sua área de jurisdição.*

*Das exposições feitas por aquelas entidades ficaram a nu alguns aspectos que nos preocupam sobejamente:*

- o aumento da criminalidade, principalmente contra o património;*
- a escassez de recursos/efectivos para as tarefas operacionais, aquém do organigrama previsto e das necessidades reais , cada vez mais evidentes;*
- a escassez de recursos/meios operacionais postos à disposição para as missões a desenvolver.*

*Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária a 28/04/2009, delibera:*

*a) Manifestar profunda preocupação pelo agravamento da criminalidade na região, conforme atestam os indicadores apresentados;*

*b) Apelar ao Ministério da Administração Interna que reforce os efectivos das respectivas corporações na região e os meios físicos e operacionais inerentes.*

*c) Expressar a sua solidariedade e o enaltecimento às Forças de Segurança e respectivos Comandos, pela forma empenhada e profissional como têm desempenhado as suas funções de segurança de pessoas e bens, tendo em conta a escassez dos meios postos ao seu dispor.”*

Este é o teor da moção que apresento e volto a sublinhar que em termos desta matéria, há zonas do Concelho, nomeadamente das zonas rurais, que estão a ser bastante fustigadas por criminalidade, muita dela que não tem origem em pessoas da região, há efectivamente situações de deslocamento de grupos organizados que



vêm das periferias urbanas de Lisboa e Porto, e que dada a facilidade de meios de transporte e de acessibilidade, vêm até à nossa região praticar essa criminalidade.

E portanto, nós entendemos que está na altura de olhar para isto. Tanto mais que, na reafecção que houve nomeadamente com a extinção da brigada fiscal da GNR, houve meios que estavam sediados aqui na região e que, nessa reorganização, foram canalizados posteriormente para outras regiões e não ficaram aqui na nossa região.

Um outro aspecto que eu queria sublinhar aqui, era um voto de congratulação digamos assim, e que tem a ver com o seguinte:

Hoje, em Diário da República, saiu o decreto-lei n.º 98/2009, de 28 de Abril, que transforma o Centro de Estudos e Formação Autárquica, instituto público, na Fundação CEFA. E eu, no momento em que se vira a página deste organismo, não queria deixar passar isso em claro e tenho que manifestar aqui a minha homenagem em relação a todos aqueles que, desde o seu início até agora, deram corpo e alma ao CEFA e que permitiram contribuir para que as autarquias deste País elevassem os seus padrões de qualidade e de serviço às populações que os elegeram. E portanto, neste caso concreto, o CEFA permitiu em relação aos funcionários camarários um reforço claro, e em relação também a outras entidades, dessa qualidade e dessa exigência. Portanto era também esse voto de congratulação que aqui deixo. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado. Faça o favor de deixar a Moção, com indicação das entidades a quem deve ser dirigido.

Tem a palavra agora a senhora deputada Manuela Santos.

***DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)***

Boa noite a todos.

Manuela Santos, Partido Socialista.

O Partido Socialista gostaria de assinalar nesta Assembleia, o aniversário ocorrido há dias, da revolução dos cravos, pois nunca será demais relembrar a importância do 25 de Abril de 1974.

Foi nesse dia que aos militares de Abril, se juntou uma onda de apoio popular, num gesto de inconformismo e de não resignação, de muitos homens e mulheres que se bateram pela queda de um regime autoritário, asfixiador da liberdade.



Passados trinta e cinco anos, muitos foram os avanços e as conquistas obtidas no nosso País, já que foram restituídos aos portugueses direitos e liberdades fundamentais para a construção de um País mais livre, mais justo e mais solidário.

As comemorações do 25 de Abril, são a altura ideal para relembrar e renovar o espírito fraterno entre todos aqueles que comungavam ideais de liberdade. Já muito foi feito, mas muito há ainda a fazer.

Por isso, nesta altura de tão grande significado que iniciou um ciclo de profundas transformações no País, é importante recordar a situação da mulher portuguesa até 1974, caracterizada por uma total ausência de direitos, e compará-la com as conquistas obtidas. Relembremos apenas e a título de exemplo o que se passava em termos de direitos civis e políticos.

Até final da década de sessenta, as mulheres só poderiam votar se fossem chefes de família e possuíssem curso médio ou superior. Em 1968, foi estabelecida a igualdade de voto para a Assembleia Nacional, para todos aqueles que soubessem ler e escrever. O facto de existir uma elevada percentagem de analfabetismo em Portugal, que atingia sobretudo as mulheres, determinava que em 1973 apenas houvesse 24% dos eleitores recenseados.

O 25 de Abril de 1974 representou para as mulheres portuguesas uma autêntica revolução. Abriram-se as portas para a conquista de um lugar digno na sociedade, a igualdade de direitos com o homem. Mas sabemos que actualmente ainda se verifica uma discrepância no que respeita à ocupação de cargos de decisão e outros lugares igualmente importantes. Nas autarquias, apenas 6,2% das presidências são asseguradas por mulheres, sendo que apenas 21% das vereações são desempenhadas por mulheres. Embora o executivo camarário de Leiria seja uma excepção a nível nacional, nesta Assembleia num horizonte de cinquenta e nove deputados municipais apenas dez pertencem ao género feminino.

A lei da paridade aprovada em 2006, vai ser posta em prática pela primeira vez este ano, significa isto que, pela primeira vez as mulheres irão ser chamadas a contribuir de forma mais activa nas listas para as diversas eleições que irão ter lugar. Da aplicação desta lei resultará inequivocamente uma realidade diversa contra o número de deputados nesta Assembleia Municipal na próxima legislatura. Será uma estratégia fulcral para institucionalizar metas progressivas no sentido de atingir uma igualdade plena entre homens e mulheres.



Sabemos que as quotas não são um fim em si mesmo, mas apenas um meio para se alcançar a paridade. Mas só a participação equilibrada de mulheres e homens nos processos de tomada de decisão, poderá conferir oportunidades semelhantes aos homens e mulheres na intervenção na sociedade. Caminhando em conjunto e motivando as mulheres para uma maior inserção na vida política e económica, erradicaremos do nosso País uma cultura ainda não totalmente vencida de desconfiança nas instituições e na política. E fará então pleno sentido, festejarmos o Dia da Liberdade. Obrigada!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora deputada.

Eu queria referir uma coisa que acho que é importante, nem todos temos essa disponibilidade, mas houve uma cerimónia oficial do dia 25 de Abril e não estavam muitos dos deputados presentes aqui nesta sala. E eu acho que é também nossa obrigação dar o exemplo aos cidadãos, aproxima-se o dia 22 de Maio em que se comemora o dia da cidade e eu chamo a atenção para essa data também.

Tem a palavra agora o senhor deputado Vitorino Pereira.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos.

Visto ser esta a primeira oportunidade de o fazer perante esta Assembleia Municipal, queria saudar aqueles que há trinta e cinco anos tornaram possível que hoje nos possamos reunir aqui a debater democraticamente, e expondo livremente os nossos pontos de vista.

Trinta e cinco anos depois contudo, as razões para festas diluem-se no contínuo recuo das condições de vida dos portugueses, com a perda de direitos, alguns consignados constitucionalmente, e que eram marca indelével de Abril nas nossas vidas, tornando a nossa democracia mais pobre, permitam-me o paradoxo, menos democrática.

A liberdade que tantos desejámos, está agora demasiado condicionada aos ditames do mercado, como se tivéssemos um policiazinho dentro de nós, e que nos impede livremente de expressarmos o que nos vai na alma, defendendo o direito de participar enquanto cidadãos, pois sabemos que isso hoje em dia pode acarretar consequências graves para quem vive do seu trabalho, e estão neste caso a maioria



dos assalariados. É verdade! Hoje as pessoas calam-se com receio das retaliações que podem chegar à perda de emprego, e com a extensão da crise que atravessamos esta situação terá tendência a agravar-se.

Hoje, quando os jovens se sujeitam ao arbítrio do sub-emprego, e quando o que lhes é oferecido são empregos temporários e mal remunerados, num gritante ataque à sua dignidade enquanto trabalhadores, sem direitos, e com a esperança de um futuro melhor a esvair-se entre más políticas de maus governos, e os ditames de oportunistas sem escrúpulos que se valem de benesses e compadrios com o poder político para poderem agir impunemente. Hoje, que vemos empresas a fechar, mandando para o desemprego famílias inteiras, quando vemos empresas com sucesso económico (o caso de empresas do Grupo Amorim entre outras) aproveitar a onda para despedir gente, com o único fito de aumentar os seus lucros, nós olhamos com preocupação e denunciámos. Por exemplo, o que se passa na Brisa, no nosso Concelho, a título de arranque, em que a introdução de portagens de cobrança automática levará a despedimento de centenas ou dezenas de trabalhadores em empresa altamente rentável e distribui avultados lucros, cento e trinta e seis milhões de euros no ano passado e denunciámos o sistema de identificadores de matrícula, um autêntico “Big Brother” de vigilância policial da nossa liberdade, de controlo estatal da mesma, e olhamos com preocupação o desinvestimento no ensino superior público, na privatização do Instituto Politécnico de Leiria em forma de Fundação.

Mas hoje, também reafirmamos o nosso compromisso com Abril e o nosso empenho em manter vivos os seus ideais. Assim, convido-os a participar no debate aberto a todos e a quaisquer opções políticas, sobre precariedade e o novo Código Laboral, este último que dá uma machadada quase mortal sobre os direitos fundamentais dos trabalhadores. O debate a que me refiro terá lugar no IPJ, no dia 4 de Maio.

Finalmente, estranhámos que a Comissão de estudo acerca da Leirisport, escolhida por esta Assembleia, tenha tido se não erro, somente duas sessões de trabalho, e desde então (já lá vão mais de seis meses) nunca mais foi marcada pelo responsável (o que se pretende evitar).

Finalmente, gostaríamos que o executivo camarário nos informasse nos dias da semana e do mês em que o gabinete da presidência da Câmara estará disponível, para que os diversos partidos que concorrerão às eleições autárquicas, possam aí se



o desejarem, apresentar as suas candidaturas em igualdade de circunstâncias como fez o PSD. Obrigado.

Tenho aqui também duas moções que gostaria de apresentar.

A primeira é sobre o 1º de Maio e diz o seguinte:

### **Moção**

A) *Assumindo os ideais, direitos e garantias preconizados no Dia Internacional do Trabalhador como o pleno emprego, assente na estabilidade, protecção e igualdade social, contra a precariedade e pela justiça social;*

B) *Entendendo que Portugal tem vindo a sofrer um profundo agravamento da taxa de desemprego, acompanhado da generalização de desregulações e precariedades no trabalho, correspondentes a uma redução de salários e perda de direitos individuais e colectivos, neste 1º de Maio que está a ser vivido em circunstâncias tão difíceis;*

*O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 28 de Abril de 2009, decida:*

*“ Saudar todos os trabalhadores e particularmente os da nossa região, incentivando-os e apoiando-os na sua luta por uma vida digna e um Portugal mais justo, mais solidário e mais fraterno.”*

Uma outra **proposta**, um bocadinho mais elaborada, mas pensamos que também extremamente importante, diz o seguinte:

*Em resultado da profunda crise, há famílias com dificuldade em assegurar níveis aceitáveis de bem-estar, agrava-se a situação em famílias com filhos em idade escolar.*

*O mesmo acontece quando casais, com encargos assumidos, ficam simultaneamente no desemprego.*

*A resposta aos problemas sociais, numa perspectiva de reconhecimento de direitos básicos, cabe a diversas instâncias.*

*No âmbito das suas competências e dentro das suas possibilidades, também a Câmara Municipal de Leiria deve assumir parte desse esforço, numa óptica de solidariedade social e contribuindo para a resolução dos problemas mais agudos.*

*Assim, durante o ano de 2009 e para todos os estudantes pertencentes a agregados familiares que preenchem cumulativamente as seguintes condições:*

*- ambos os membros do casal ( ou um deles, quando o outro não pertence ao agregado) estão desempregados e inscritos no Centro de Emprego ou quando o*



*rendimento per capita do agregado familiar é igual ou inferior a metade do salário mínimo nacional,*

*- são o suporte familiar de filhos e/ou educandos que frequentam um ou mais estabelecimentos de ensino do concelho,*

*- todos os membros do agregado familiar que preenchem as restantes condições legalmente exigidas estão recenseados eleitoralmente no concelho.*

*A Câmara Municipal de Leiria deveria assegurar:*

*- o almoço na cantina da escola frequentada, se não estiver para isso abrangido pela Acção Social Escolar;*

*- o pequeno-almoço na escola, nos dias lectivos (leite ou café com leite e uma sandes);*

*- o não pagamento de bilhetes nos autocarros municipais, durante o período lectivo; Também durante 2009 e a todos os agregados familiares que preenchem cumulativamente as condições antes indicadas a Câmara Municipal de Leiria reembolsará a quantia paga pelo consumo de água e taxa de saneamento, até a um máximo equivalente ao consumo mensal de 1,5 metros cúbicos de água por cada elemento do agregado familiar.*

*Caso seja aprovada, esta proposta seguirá para os serviços sociais e financeiros da CML, a fim de operacionalizar as decisões agora tomadas."*

### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

### ***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Muito boa noite a todos! Muito obrigado senhor Presidente.

É como muito gosto que hoje começo por trazer uma boa notícia para o Concelho de Leiria. O Ministério da Educação lançou, em tempo oportuno, um vasto programa de requalificação das escolas secundárias do país, de modo a dotá-las das melhores condições necessárias a um ensino moderno, oferecendo, ao mesmo tempo, respostas às necessidades e expectativas dos territórios educativos em que elas estão inseridas. A concretização desta iniciativa governamental foi definida para várias fases de intervenção, as quais foram, entretanto, encurtadas e antecipadas, com objectivo de proporcionar às economias locais, mais um instrumento de reanimação em tempo de dificuldade.



Em Leiria, as escolas secundárias Francisco Rodrigues Lobo e Domingos Sequeira (popularmente ainda conhecidas como Liceu e escola comercial) têm já em curso os procedimentos finais dos projectos, iniciando dentro de algumas semanas, obras de grande vulto, orçamentadas em vários milhões de euros. Posteriormente, com início previsto para Janeiro de 2010, será a vez da escola secundária Afonso Lopes Vieira, na Gândara dos Olivais, conhecer ambiciosa intervenção de reabilitação das suas instalações. É por isso, uma boa notícia para Leiria, que vê o seu parque escolar altamente valorizado com excelentes condições de qualificação dos recursos humanos do Concelho. Congratulamo-nos por este importante investimento público lançado pelo Governo, sabendo-se que estas intervenções, só em casos muito raros, se processarão em simultâneo em todas as escolas de cada município, sendo Leiria, assim, uma excepção. Saudamos este facto, convictos dos impactos positivos que ele terá entre nós.

Entretanto, na última reunião desta Assembleia Municipal realizada em 27 de Fevereiro, a propósito das medidas locais de apoio social reclamadas pelo deputado do PS, José Manuel Silva, a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara afirmou:

*Cito da Acta: "Nós traremos cá, sem anúncios públicos, numa próxima Assembleia, um documento a dizer, ponto por ponto, quais as medidas que estão a ser praticadas. Isso, faremos com todo o gosto"*

Lido o relatório das actividades à Assembleia Municipal relativo ao período de 27 de Fevereiro a 28 de Abril (hoje, portanto), não me foi possível descortinar algum plano consistente sobre este tema que, sem aproveitamento demagógico, a todos nos deve preocupar. Na página 10 do referido relatório, são elencadas as prioridades para a Acção Social em 2009 nas áreas da Família, Emprego e Habitação o que, ao nível das intenções nos parece adequado. Mas, depois, surge o registo de várias reuniões de constituição de um grupo interinstitucional, a continuidade à prestação de apoio técnico às Comissões Sociais de Freguesia (página 11) aos procedimentos de atribuição do Rendimento Social de Inserção a 35 munícipes, a referência a alguns projectos desenvolvidos nos bairros camarários nomeadamente a assinatura de um acordo de cooperação com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (página 12) e é dada nota da visita de estudo - por certo muito frutuosa - de representantes do município à Noruega tendo-se procedido, cito *"ao mapeamento dos trabalhos a desenvolver em parceria, para o período entre Abril e Setembro de 2009( ...)* que



*sustentará a vista dos municípios noruegueses a Portugal, em Novembro do presente ano."*

Não pomos em dúvida a valia deste trabalho, nem a bondade das suas intenções. Mas, convenhamos, que num período de crise económica e social, parece-nos muito pouco ambicioso, sem a competente pro-actividade do município para uma situação excepcional, que, até em concelhos vizinhos conseguimos observar. A situação, infelizmente, não se compadece com hesitações e adiamentos. Por isso, gostaríamos de ser informados se existe ou quando vai existir o tal documento a dizer *"ponto por ponto, quais as medidas que estão a ser praticadas"!*

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho!

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Boa noite, Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas, Imprensa, público.

Em primeiro lugar pedir a todos desculpa, pelo ligeiro atraso da minha chegada, mas foram razões de compromisso.

Como é habitual em algumas das minhas intervenções, eu tenho sempre alguma preocupação com as questões de trânsito e por isso queria deixar à senhora Presidente, ao senhor vereador, duas notas, duas mais uma, embora uma delas seja fresquinha e como foi agora aqui referida, é uma preocupação que vou aqui deixar.

É evidente que (e já vamos também falar da crise qualquer coisa) com a crise, a utilização dos parques de estacionamento acaba por ser mais evitada por muitos utilizadores de automóvel. E verificamos que em muitas ruas da cidade, há um acumular de estacionamento que às vezes é profundamente conflitivo.

Eu sou daquelas pessoas que também já aqui pediu para a Câmara interferir junto das autoridades competentes, da PSP, no sentido onde o estacionamento não for causador de embaraço à circulação para haver alguma contemplação com a situação, mas nos sítios onde de facto o estacionamento é impeditivo do normal funcionamento do trânsito, eu acho que não pode haver contemplações. E dou dois exemplos que são flagrantes e nos quais pedia ao senhor vereador em particular, uma intervenção inequívoca e rápida. A rua Arnaldo Cardoso e Cunha, com as obras



que estão a finalizar, já me aconteceu ter que andar dezenas de metros de marcha atrás por causa de um camião, porque não passam dois carros. Portanto, é uma situação muito complicada. É evidente que a Câmara não tem qualquer responsabilidade, é apenas no sentido de que possam interferir junto da PSP para que iniba nestes locais o que se torna conflitivo, o estacionamento, para que não haja contempações.

O outro, e este é perigoso. Há dias vi lá um acidente, é no início da rua Dr. Magalhães Pessoa, aquele troço muito pequenino, onde há um estacionamento em espinha, creio que é assim que é utilizada essa terminologia, e que deixa uma passagem perfeitamente estrangulada. Não se justifica naqueles metros de rua haver ali estacionamento e acho que devia ser inequívoca a proibição de estacionar.

Por último, foi aqui referido o projecto de obras da Escola Domingos Sequeira e a preocupação do deputado Pedro Biscaia com a qualidade das obras. Eu, no caso da Domingos Sequeira, uma vez que sou o Presidente da Associação de Pais daquela escola, tive oportunidade de manifestar a nossa preocupação porque quem fez aquele brilhante projecto se esqueceu que há automóveis e não tem parque de estacionamento. Está apenas contemplado para cinquenta automóveis o que é uma coisa perfeitamente inarrável. E a justificação é gira, porque pretende-se uma escola sem carros. Eu não sei como é que as pessoas vão para a escola!

Eu tenho que fazer aqui uma intervenção sobre o pedido que foi feito à senhora Presidente, em relação às medidas que têm a ver com a crise.

Uma das preocupações grandes que tenho com a questão que a crise nos está a colocar a todos, é uma atitude que me está a preocupar profundamente porque me parece que em Portugal começa a haver, claramente, cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Os cidadãos de primeira, e eu não quero fazer aqui qualitativos, são os cidadãos a quem a crise não toca nem vai tocar seguramente. E depois há toda uma plêiade de portugueses que vivem da actividade privada e que parece que estão sujeitos à chuva. E eu honestamente o que me preocupa é que as empresas tenham capacidade para que as pessoas continuem a ter postos de trabalho, muito mais do que medidas avulsas de caridadezinha, que têm relevância com certeza, mas não me parece que seja com pequenas medidas de caridadezinha que este País vá resolver os problemas da crise que estamos a atravessar.

A crise que todos estamos a atravessar tem que ter medidas de fundo profundas, que permitam às empresas garantir os postos de trabalho aos cidadãos portugueses.



Não nos vamos enganar nem vamos estar aqui a pedir outra coisa que não seja esta, e aí não é à Câmara Municipal que compete esta intervenção, é ao Governo deste País. Este País tem a responsabilidade de fazer por nós cidadãos e pelas empresas onde nós trabalhamos. Se o Estado dependesse dos cidadãos que não são do Governo estava resolvido esse problema. Não tenho qualquer dúvida!

E portanto, aquilo que está em causa senhora Presidente é claramente isto: Obviamente que, no que puder fazer para paliar os problemas que tem a ver com a custosa travessia de tempo que estamos a passar, lhe peço que o faça, mas também não posso deixar de pedir ao Partido Socialista que se não esqueça de que é com a garantia dos postos de trabalho e com os financiamentos a chegarem às empresas e com o facilitar a possibilidade das empresas acederem aos meios que tão propalados são, e depois ninguém os consegue ir buscar. E depois há filas intermináveis de meses para conseguir obter aquelas supostas grandes candidaturas que estão a ser feitas, que lhes são pedidas garantias bancárias que é uma coisa inaceitável. Por exemplo, há empresas que para terem um reembolso de IVA necessitam de apresentar uma garantia bancária, para obterem a garantia bancária têm que ter uma certidão de não dívida ao Estado. E é evidente que estamos a falar de uma pescadinha de rabo na boca, que é uma coisa inaceitável.

Portanto, estas pequenas coisas, são as coisas que sim, levam a que nós possamos ser todos cidadãos de primeira em Portugal, e eu não admito outro tipo de tratamento. Eu não quero caridade para os meus concidadãos, eu quero que o Estado respeite os cidadãos e que promova medidas que permitam a que todos nós tenhamos garantia de trabalho. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha!

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

É só para fazer uma observação a um aspecto que o deputado Domingos Carvalho acabou de referir aqui e que tem a ver com o trânsito na esquina da rua Dr. Magalhães Pessoa, suponho que para a cortada para a rua Sá de Miranda. É só para lhe dar nota do seguinte:



Eu compreendo as suas preocupações, mas aquela esquina tem um problema de raiz que é a existência ali de um instituto público que não devia estar ali, o CAT, que está num prédio residencial e portanto, desde os utentes que são muitos, até aos funcionários, todos estacionam naquela esquina de qualquer espécie e feitio. E portanto, aquilo que alertou é realmente uma verdade, não só nessa esquina como na seguinte, em relação ao muro da Quinta dos Charters. Mas isso também deriva de uma outra coisa, é a pressão que se verifica sobre esta zona residencial da alta da cidade em relação às pessoas que vão trabalhar para o centro da cidade e que deixam ali os seus veículos.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Augusto Esteves pediu a palavra? Faça favor!

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal!

Chegou-me uma cópia de uma carta datada de 3 de Novembro dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, protestando por eu não ter cumprido um compromisso de rectificação de uma minha afirmação na sessão de Abril, sobre aquelas empresas que prestavam serviços à Leirisport.

Eu não sei se, como não vim cá, na altura se chegou a rectificar essa informação. Na altura eu teria afirmado que o Presidente da Leirisport era sócio das empresas a que tinham sido dados os tais serviços. Eu estava convencido que o problema esta ultrapassado, depois do conjunto de informações que aqui vieram, incluindo o da informação da senhora vereadora, e que as coisas tinham ficado claras. Pelos vistos não ficaram. E portanto, como eu também respeito o bom-nome das pessoas e porque isto fica registado e é aborrecido, eu quero desde já dizer que embora não possamos alterar a acta, gostaria de rectificar essa informação. De facto, o sócio das empresas não era o Presidente do Conselho de Administração mas um outro administrador que eu na altura confundi. Aqui fica a rectificação e o meu pedido de desculpas.

Em relação a esta questão da Leirisport, já agora gostaria de dizer o seguinte:



Eu não aceito esse passar de culpas colectivas que aqui, quando li a acta da última reunião, se passou para o conjunto dos partidos e para o conjunto da Comissão, a menos que esta Assembleia aceite, que qualquer um dos membros da Comissão possa decidir convocar os outros. E então, podemos ver eventualmente quem é que convoca quem e nesse caso eu desde já vos digo, que se me derem autorização eu convoco. Agora o que não se aceita e toda a gente fez esforços nesse sentido, falou-se com as pessoas, diz-se mais do que uma vez, é que o PSD não tome uma medida que se ajusta. Tem que alterar o responsável pela Comissão. Eu sou muito amigo do Joaquim Marques, mas o Joaquim Marques há muito tempo que abdicou dessa tarefa, porque desde Junho que ele não convoca, e não convoca porque não quer, ou não convoca porque está em conflito com vocês, ou porque há qualquer coisa que eu não sei nem tenho nada que saber. Eu só sei é que não podemos levar para a frente a tarefa, se de facto o PSD não assumir esse compromisso. Aliás, em termos de Comissões, já vimos o que é que isto dá. Nem vale a pena estarmos a discutir mais, estamos em fim de mandato...

Ele já apresentou o pedido de renúncia? Peço desculpa então, não sabia.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado, o senhor deputado Joaquim Marques apresentou o pedido de renúncia e foi substituído. Mas obviamente essa substituição não tem efeitos na Comissão, e penso que compete ao PSD agora, rapidamente, no mais curto prazo de tempo possível, nomear um substituto nessa Comissão para que ela possa funcionar. Peço desculpa pela interrupção mas foi só para dar essa informação.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

É que parecia, daquilo que aqui resultou, que havia uma responsabilidade colectiva. Eu não faltei a nenhuma reunião, fui às reuniões todas, fui à Leirisport, e assumo até aqui, até porque há aqui um problema que temos que resolver, não sei se teremos tempo até ao final do mandato, porque não era só a avaliação da real necessidade da Leirisport como empresa municipal, havia também o outro problema que precisávamos de avaliar e já vai ser muito difícil.

Em relação aos problemas da segurança, eu quero dizer que estou de acordo com a proposta que aqui veio embora eu pense que o problema é mais complexo, não quer dizer que seja justo desde já fazermos esse alerta, o meu camarada Carlos Guerra



também lá estive na reunião, mas eu penso que precisamos de ir mais longe e precisamos de conhecer melhor.

Toda a gente já percebeu nas reuniões anteriores, elas foram poucas, quando não havia problemas, que os efectivos estavam bem, que nem havia problemas de falta de meios, toda a gente percebeu quando participava nas reuniões. De repente, chegou-se à conclusão que há falta de meios, que há falta de efectivos, que o aparelho não tem condições para poder agir no terreno, e depois há outros problemas, há insatisfações imensas em relação aos próprios efectivos policiais, e eu julgo que apoiando e votando esta moção, que talvez fosse da Assembleia Municipal tomar outro tipo de posição, aprofundar mais o problema, porque eu não estou a ver, digo-vos francamente que esta explicação seja uma explicação razoável. O facto de dizer que nós importamos a criminalidade, não explica que fôssemos o distrito em que cresceu mais a criminalidade no País. Então cresce mais aqui do que nos sítios onde as pessoas vivem? Não chega explicar isso!

É claro que não é apenas um problema de polícia, é um problema também de problemas sociais que existem com a crise, mas é também um problema de Código Penal, talvez algumas das decisões, uma ou outra, não digo todas, não tivesse sido uma decisão avisada particularmente em relação à previsão preventiva e naturalmente que há toda a problemática ligada à insatisfação dos próprios efectivos. Mas eu julgo que talvez fosse de tentarmos, no âmbito desta Assembleia, ou os membros que fazem parte do Conselho aprofundassem para elaborar e poderem apresentar com mais sustentabilidade uma informação. Esta posição já a temos tomado, o que ela tem dado é muito pouco. E na verdade é preocupante que Leiria seja a região onde mais cresce a criminalidade. Nós temos que assumir isso nas mãos e não se resolve só apenas com uma moção.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Agora o senhor deputado Carlos Poço e se não houver mais inscrições passaremos de seguida à votação das moções.

***DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)***

Carlos Poço, PSD.

Relativamente à questão levantada pelo deputado José Augusto Esteves, o senhor deputado Joaquim Marques na última Assembleia que estive presente, teve o



cuidado de pedir desculpa aos restantes membros e à Assembleia, pelo facto de não ter feito as reuniões que se propunham fazer, por motivos pessoais. Provavelmente porque as razões pessoais se prolongaram e ele hoje apresentou o seu pedido de renúncia. Nestas condições, o PSD vai substituir nos próximos dias a pessoa que ficará encarregue de prosseguir os trabalhos dessa Comissão, e convocará de imediato uma reunião para prosseguirem esses mesmos trabalhos. Era só este esclarecimento.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu chamo a atenção dos senhores deputados para o facto de que seria realmente um mau serviço prestado ao Concelho se as comissões que foram constituídas durante este mandato, para estudar determinados assuntos, não completassem o seu trabalho. Portanto peço o melhor esforço e a melhor boa vontade possível no sentido de que, nestes próximos cinco meses esses trabalhos possam ser concluídos.

A senhora Presidente da Câmara vai agora usar da palavra para responder às questões levantadas. Faça favor!

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Muito obrigada senhor Presidente.

Muito boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente e os senhores deputados e público em geral. Vou tentar responder a algumas das questões que foram colocadas e pedir depois ao senhor vereador Vitor Lourenço para falar um pouco sobre a proposta do senhor deputado Vitorino Pereira, em relação à questão das crianças.

O senhor deputado António Sequeira falou na questão do horário da recolha de ecopontos, é perfeitamente lógico e a verdade é que já existem em muitas zonas horas alternativas, na sequência de contactos que cidadãos nos fazem. O serviço de Ambiente da Câmara tem um número verde para onde as pessoas ligam não só para denunciar depósitos mal feitos mas ao mesmo tempo também para solicitar esse tipo de intervenção. Já agora aproveito para divulgar o número verde porque pode ser útil, é o 800202791, e em relação a essa questão iremos naturalmente adaptar e compatibilizar com esses problemas que aqui trouxe e que naturalmente são complicados de gerir.



Em relação ao problema dos arrumadores e esse sim complicado de gerir, como disse o senhor deputado António Sequeira e muito bem, a verdade é que essa constatação também é real. E portanto o que nós iremos fazer é, junto da PSP, tentar perceber por que é que há aqui um tratamento diferente e tentar motivá-los e incentivá-los a actuarem de maneira igual nos respectivos espaços. É evidente que já percebemos em algumas ocasiões, e eu própria já falei com a PSP, não tanto agora mas já houve uma fase em que nós percebemos que os arrumadores tinham uma organização própria e que tinham tipo empresários arrumadores. Nessa altura fizemos uma intervenção junto da PSP, e a verdade é que depois aquilo foi desmontado. Neste momento julgo que não há tanto disso, e começam também a ser sinais da crise e não só, mas iremos de novo junto da PSP, que é quem tem essa competência, no sentido de criar algumas condições de afastamento porque primeiro não se entende essa forma de actuação privilegiada nuns sítios e não noutros, e como dessa vez resultou na desmontagem dos ditos empresários/arrumadores, pode ser que alterem o modo de actuação. Era um assunto que nós gostaríamos de ter falado hoje na reunião do Conselho Municipal de Segurança e que é sempre um assunto que se fala no Conselho Municipal de Segurança. Só que hoje como demos prioridade à apresentação, conforme já aqui foi dito, pelas duas forças de segurança, em termos de dados estatísticos e de relatório do que é que tem acontecido no Concelho, e como tínhamos Assembleia Municipal depois já não deu tempo para falarmos, e por isso iremos fazer uma abordagem directa.

Relativamente à questão do prédio na Praça Rodrigues Lobo, só um esclarecimento importante.

Aquele prédio teve todos aqueles problemas e aquele arrastamento em termos de intervenção pelo facto de haver um contencioso entre o proprietário e o inquilino, que se arrastou em tribunal como aliás é normal o tempo que os processos levam em tribunal, até que depois chegou a um fim e quando se chegou ao fim iniciou-se a intervenção e felizmente está feita e com qualidade. Não foram ainda retirados os tapumes porque estavam efectivamente em acabamento algumas questões de pormenor, a perspectiva que temos é que dentro de quinze dias sensivelmente, os tapumes saem de vez para ficar o prédio à vista e realmente foi uma intervenção interessante.

Relativamente à observação irónica do senhor deputado do Bloco de Esquerda, não tenho qualquer problema em lhe responder.



A Câmara nunca servirá para a apresentação de candidaturas nem para qualquer tipo de acção político-partidária. Nunca! Comigo nunca aconteceu nem comigo acontecerá. Eu vou-lhe explicar o que se passou, porque não se tratou de nenhuma apresentação de candidatura. Fui abordada diversas vezes, por diversos jornalistas, no sentido de me pronunciar relativamente à situação concreta da candidatura. Não o fiz durante muito tempo, e naquele dia que achei que tinha condições para falar, recebi-os exactamente para lhes dar aquele esclarecimento no meu local de trabalho que é a Câmara. Não foi nenhuma apresentação formal, apenas respondi às questões que os jornalistas me tinham colocado relativamente a esta questão concreta. Se o senhor acha que isto é uma apresentação de candidatura, eu não acho que o seja. Uma apresentação de candidatura é feita com pompa e circunstância, desculpe o termo, mas não é uma conversa com os jornalistas para responder a diversas solicitações que me tinham feito. Se isto é um pecado de lesa Pátria senhor deputado, eu para a próxima farei na rua, farei na minha casa, onde entender, não me parece que seja um pecado de lesa Pátria, e ficaríamos todos muito contentes, que no País inteiro todos os autarcas, todos os políticos, fizessem aquilo que eu fiz e não tivessem outras responsabilidades mais graves. Seria uma felicidade.

Relativamente às questões do deputado Pedro Biscaia, nomeadamente o problema das medidas sociais, eu disse e há pouco lembrei aquilo que disse com as suas palavras, que numa próxima Assembleia traria um conjunto de medidas e assim farei! Porque é que não trouxe já? Por uma razão simples, porque ainda estão medidas a ser adoptadas. Nós não temos que encontrar só as medidas sociais no relatório na parte da Acção Social, porque há medidas sociais do tipo de uma que vem hoje aqui e que já foi tomada, como foram outras, nomeadamente a não actualização das taxas de resíduos sólidos, a não actualização de tarifas de saneamento, a actualização muito pouco significativa da tarifa da água, enfim, tudo isto são medidas sociais, são medidas de combate à crise. Portanto, não temos que ver só o combate à crise naquelas medidas sociais que aparecem no relatório da Acção Social.

De qualquer das formas esse relatório da Acção Social, e conforme aqui também explicou, tem uma série de medidas que estão a ser adoptadas. E só para lhe dar nota do seguinte:

Acho que é muito importante, e isso já foi solicitado até no meu papel de vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, que o Governo do País criasse um



documento legal enquadrador das medidas que os Municípios estão a adoptar. Como sabem, os municípios têm limites de actuação de acordo com as suas competências. E nós estamos a ver pelo País fora, pelo menos anunciadas em termos mediáticos, medidas que estão a ser adoptadas com um enorme voluntarismo e uma enorme vontade por parte dos Municípios, e cujo enquadramento legal é muito duvidoso. E a perspectiva desses Municípios virem a ter um dia uma inspecção do Tribunal de Contas ou da IGF, e de não estarem a cumprir rigorosamente a lei, é muito provável. E eu não quero fazer isso, nem nunca farei. Acho que em situação de crise, em situação delicada, tem que haver medidas de crise e medidas excepcionais. E nós fizemos isso, apresentámos em nome da Associação Nacional de Municípios essa questão ao senhor Secretário de Estado Eduardo Cabrita, precisamente porque não há enquadramento legal. Eu não queria aqui citar exemplos, porque é delicado e não gosto de o fazer, mas temos visto medidas que não têm qualquer enquadramento legal. Só para terem uma ideia, há um ou dois Municípios deste País que estão a subsidiar as empresas na sua taxa social única. Isto é completamente ilegal.

E portanto, feitas estas observações nós temos tido essas cautelas, mas temos conseguido, dentro daquilo para que temos competências e nunca mais do que isto, vindo a fazer algumas. Vamos sistematizá-las, ainda não acabámos de aplicar outras, e na próxima reunião penso que já haverá condições para trazer sistematizado aquilo que estamos a praticar e que passa exactamente por esse tipo de coisas, não só apoios mas também outro tipo de coisas que podemos fazer nomeadamente as isenções, as reduções, as não actualizações, por aí fora.

Só uma nota que julgo que é importante relativamente à observação que fez naquele projecto da Noruega.

É um projecto importantíssimo, só há dois Municípios do País que estão envolvidos nesse projecto, Leiria e Faro, tem a ver com a compatibilidade da profissão, da actividade das mulheres, vem muito na sequência da intervenção da senhora deputada Manuela Santos, e no fundo é um projecto apoiado por fundos EFTA, financiado, é uma honra para nós estarmos nesse projecto, é um projecto de que fazem parte também empresas seleccionadas e o objectivo é a troca de experiências sobre aquilo que se pratica em cada um dos países. Naturalmente que isto é tudo financiado, as viagens são financiadas, e o que nós já estamos a verificar é que efectivamente não há grandes diferenças. Ou seja, não estamos tão atrasados quanto isso nessa questão da compatibilidade profissional das mulheres com a vida



familiar e a vida de trabalho. Mas é um projecto muito interessante que não tem custos acrescidos e que não se enquadra claramente num combate à crise, claro que não, é um projecto estrutural, é um projecto para vir a dar frutos no futuro e que pensamos que é importante estarmos envolvidos.

Julgo que está terminada a intervenção, as observações do senhor deputado Domingos Carvalho relativamente ao estacionamento julgo que são pertinentes, nomeadamente a questão da rua Magalhães Pessoa, embora também seja verdade aquilo que o deputado João Cunha acabou de dizer, a existência ali daquele equipamento é problemática e origina ali constrangimentos de trânsito. Muito obrigada senhor Presidente.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente!

Vamos então passar à discussão e votação das moções que foram apresentadas.

A primeira foi apresentada pelo senhor deputado João Cunha, que diz respeito à segurança. Pergunto se alguém a pretende discutir?

Faça favor senhor deputado Carlos André.

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Todos nós partilhamos da preocupação que o senhor deputado João Cunha aqui trouxe. Mas o senhor deputado José Augusto Esteves teve aqui uma opinião sensata e avisada, quando disse que o problema tem uma profundidade diferente e que não passa apenas pela escassez de meios.

Eu gostava de lhes dizer que desde, pelo menos, meados da década de noventa, passei a acompanhar, pelos motivos que todos sabem, de perto, as questões da segurança no distrito. E fi-lo durante vários anos, com muita proximidade como compreenderão. Nunca os efectivos das forças policiais em todo o distrito de Leiria, corresponderam àquilo que estava previsto nos quadros definidos na lei. Nunca! Ficaram sempre os efectivos aquém dos quadros. E houve momentos em que a criminalidade baixou, e houve momentos em que a criminalidade subiu, deixando uma estranha interrogação sobre se havia uma relação directa entre esses efectivos e o aumento ou a diminuição da criminalidade. Há outras causas, há causas sociais, há questões que têm a ver com a própria organização no terreno das forças policiais, há distribuição das forças policiais entre si, há um modelo de cooperação e de



diálogo entre as forças policiais, e há também um problema que o deputado José Augusto Esteves me desculpará de o contrariar neste aspecto, mas um problema que é de facto significativo, que é a tal criminalidade que diz-se importada mas é verdade.

Aqui há vinte anos, nenhum gang de Lisboa se lembrava de vir a Leiria, porque demorava muito tempo a fazer a viagem para um lado e para o outro, não compensava. Hoje, um gang da periferia de Lisboa demora cinquenta minutos a chegar aqui, em pouco tempo faz as suas acções criminosas, marginais, e regressará a um ponto onde ninguém os vai procurar. Isto exige uma estratégia de actuação das forças policiais. Não sei qual é que têm neste momento, sei que já tiveram uma estratégia de protecção da cidade, nomeadamente fiscalizando as saídas, tendo particular atenção em relação às saídas, usando equipamentos tecnologicamente avançados no sentido de melhor proteger a cidade, fazendo um policiamento de proximidade. Não estou a dizer que isso não seja feito, estou a dizer que há vários mecanismos que têm que ser desenvolvidos e que carecem de ser discutidos pelo Conselho Municipal de Segurança. E porque não, talvez valesse a pena serem discutidos por uma pequena Comissão desta Assembleia, para podermos exprimir uma opinião, uma opinião avisada, uma opinião fundamentada, uma opinião correcta. Não apenas baseados no simples facto de que um dos indicadores, e tanto quanto sei só foi aqui mencionado um dos indicadores, que foram os crimes contra o Património, não foram mencionados mais indicadores, e há vários indicadores de criminalidade, foi aqui apenas referido um. Os crimes contra o Património aumentaram, e os outros? Não foi dito nada! Talvez, por exemplo, pudesse ter sido trazida aqui a acta do Conselho Municipal de Segurança, ou o relatório que os comandantes das forças policiais fizeram presente a essa reunião, para que nós pudéssemos ter uma opinião correcta, justificada, sobre o assunto.

Isto não significa, esta reflexão não inviabiliza, solidariedade em relação à preocupação que se pretende manifestar por parte da Assembleia Municipal. É justo, é lógico, que a Assembleia Municipal manifeste aqui a sua solidariedade com as pessoas, manifeste a sua preocupação, transmita essa preocupação ao Governo deste País, nomeadamente ao Ministério da Administração Interna, porque é inquestionável, está errado, que as forças policiais não tenham os efectivos necessários. É inquestionável, está errado, que as forças policiais não tenham os



equipamentos e os meios necessários. Portanto, deveremos solicitar que haja os equipamentos e os meios necessários.

A questão da brigada fiscal, só está nas justificações do senhor deputado João Cunha, porque a brigada fiscal só tinha gente em Peniche e não creio que sejam os efectivos da brigada fiscal que fossem afectar muito o problema da criminalidade nesta micro região de Leiria, onde nós estamos. É um assunto que é absolutamente marginal, mas também não faz parte da moção.

O que faz parte da moção, devo dizer-lhe, é uma palavra que para nós é nevrálgica. Se o senhor deputado João Cunha quiser o apoio unânime desta Assembleia tirará essa palavra, se não quiser o apoio desta Assembleia manterá essa palavra, que é a palavra "míngua", a "escassez" está muito bem! Se o senhor deputado mantiver a palavra míngua tem o nosso voto contra, se o senhor deputado retirar a palavra míngua tem o nosso voto favorável.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor deputado Domingos Carvalho.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

As reflexões do senhor deputado Carlos André são sempre dignas de registo e portanto eu estava algo preocupado. Mas, e obviamente embora, será seguramente por ignorância minha, não consiga encontrar diferença significativa entre míngua e escassez, porque para mim escasso é aquilo que dentro do que cabe ainda vai cumprindo, essa é a acepção que eu dou a escassez. Por isso, eu não posso considerar que seja escasso a existência de recursos que estão actualmente a servir, por exemplo, a cidade de Leiria. E digo porquê.

Como é do conhecimento de todos, nós tínhamos uma esquadra. A esquadra tinha de facto escassez de meios humanos nomeadamente. Passámos a ter uma esquadra, foi criada a esquadra dos Marrazes. A escassez de meios que existia então para uma esquadra, foi distribuída por duas esquadras. Eu não sei se isto não será mesmo míngua. Mas como eu tenho esta dificuldade com o português, por mim não tenho qualquer objecção à utilização de escassez em lugar de míngua.

Agora o que é facto é que me choca que, com duas esquadras, não tenhamos aumento de efectivos, antes pelo contrário, tenha havido redução.



Há uma coisa que a mim me preocupa porque é do conhecimento de todos. Em determinado momento, ali no tempo dos gangsters dos Estados Unidos, havia um gangster muito famoso a quem perguntaram um dia " olhe lá, mas porque é que você assalta os bancos? Bom, porque é lá que está o dinheiro!". E portanto, há uma relação de causa/efeito que durante muito tempo existia nos bancos, os bancos eram assaltados porque tinham dinheiro. Lamentavelmente os bancos deixaram de ter dinheiro e muita gente continua a assaltá-los. A verdade é que acho que isso também acontece com o distrito de Leiria. Leiria tinha fama de ter dinheiro e a migração de assaltos ocorria muito em Leiria, a tal criminalidade importada. Hoje não temos dinheiro e continua a haver. É uma desgraça.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Faça favor senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)***

João Cunha, PSD.

Sem querer prolongar muito esta questão, até porque a noite já vai longa, mas eu gostava de dar aqui uma justificação do objectivo em relação a esta moção.

Esta moção obviamente que não se funda em dados que ainda vão ser estudados e que vão ser pesquisados. Funda-se objectivamente em dados e no relatório que foi apresentado pela PSP e pela GNR no Conselho Municipal de Segurança, que é um órgão reconhecido e institucionalizado. Portanto, nós não estamos aqui a falar de coisas que hão-de ainda vir a ser estudadas, mas estamos a falar em questões concretas. E é com base nessas questões concretas, que eu apresentei a respectiva moção.

Mas só para lhe dar nota em relação a esta matéria, eu gostava de dizer por exemplo, que em relação ao posto da GNR de Monte Real, só tem uma viatura distribuída. Se essa viatura avariar ou for sujeita a vandalismo, o posto fica sem mobilidade. Isto é um exemplo muito claro e muito objectivo, e em relação a isto não há estudos a fazer, é a realidade objectiva nua e crua. Portanto, são estas questões que também naturalmente nós temos que nos preocupar.

E em relação à questão da brigada fiscal, que aqui também referi, não referi de modo próprio, referi porque o próprio comando da GNR apresentou no Conselho Municipal de Segurança essa questão, que houve alocação de efectivos provenientes da



brigada fiscal que estavam residentes na região de Leiria e que foram canalizados para a área de Lisboa e Porto e não ficaram na região de Leiria.

Mas eu compreendo a sua preocupação em relação a esta matéria, porque o representante do Partido Socialista no Conselho Municipal de Segurança não esteve presente. E portanto não tem essa informação, é natural que isso aconteça. Eu naturalmente compreendo isso. Agora eu não tenho propriamente a capacidade de verificar se a Assembleia Municipal vai votar ou não por unanimidade, se eu retirar uma ou duas palavras. Mas de qualquer forma, eu vou minguar a minha proposta e vou retirar a palavra míngua para suscitar o potencial de unanimidade em relação a essa proposta. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito bem senhor deputado, além do mais volto a dizer que, estava “escassez” e míngua”, e em bom português não faz sentido usar as duas.

Faça favor senhor deputado José Augusto Esteves.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

É só para dizer que a opinião que aqui veio, tentando identificar no concreto, só veio no fundo confirmar a proposta que estávamos a fazer, porque não basta mandar uma moção para o Ministério da Administração Interna, vaga, mas na base da avaliação concreta de territórios de transição, porque houve mudanças e vocês sabem que houve mudanças, em que ficam aqui zonas brancas, em que há articulações a fazer que precisam de ser ponderadas e nós precisávamos de identificar melhor isso. É neste sentido! Agora se não se quer perceber, se se fica satisfeito, eu votava a moção assim, sinto é que há uma certa insatisfação. Por exemplo, acham que a Guarda Nacional Republicana que tem sido muito mal tratada, a todos os níveis, aliás, hoje têm consciência disso felizmente, mesmo em relação a outras corporações, está naquele Convento lá em cima em Santo Estêvão há anos. Há mais de vinte e cinco anos que vêm exigindo melhores condições de instalação. Nós conhecemos situações anteriores em que houve alturas em que não havia gasóleo para os carros, e já agora em relação àquilo que o senhor deputado Carlos André disse, vou dizer o seguinte:

Há vinte e tal anos, o argumento que utilizaram sempre em relação ao aumento da criminalidade na região era o “importada”. Desde que eu me conheço no Conselho



Municipal de Segurança, esse foi sempre o argumento. Certamente tem peso, eu admito-o, pelas funções que teve, que o conhece, conhece melhor do que eu, e não vou pôr em causa digamos essa informação. Agora, essa não é a única justificação e essa foi a justificação essencial que o senhor Governador Civil escondeu, que havia escassez de meios. É um facto! Toda a gente que lê os jornais verificou que a resposta foi essa. Tentou de alguma forma branquear a intervenção do próprio Ministério do qual depende. E é por isso que eu acho que talvez seja melhor o PSD também assumir esta proposta no fundo que aqui vem, no sentido encontrarmos com mais duas ou três pessoas que estão no Conselho Municipal de Segurança, uma elaboração mais fundamentada de um conjunto de coisas que é preciso ponderar.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Não há mais inscritos. Eu de qualquer maneira esclareço e peço à Teresa para tomar nota que vamos pedir às duas forças de segurança PSP/GNR, que nos forneçam os diapositivos que foram apresentados hoje, sobretudo os quadros. E depois enviá-los-emos para as respectivas bancadas, para que possam depois fazer a disseminação que entenderem como esclarecimento.

Então vou colocar esta moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, uma abstenção, aprovar a moção.**

A segunda moção é do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira e diz respeito ao Dia 1º de Maio.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos André.

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Não se espantarão da afirmação que vou fazer, sempre fiz, em todas as Assembleias Municipais o Partido Socialista manteve essa atitude.

Naquilo que nos une estamos de acordo, estamos de acordo em saudar os trabalhadores, aquilo que nos divide são concepções políticas diversas. E não podemos, a pretexto daquilo que nos une, deixar passar com o voto favorável aquilo que nos divide. As considerações políticas que antecedem o corpo da moção em si



mesma dividem-nos. E portanto, se o texto é apresentado em bloco votaremos contra, se houver uma separação os considerandos, são de facto os considerandos que o Bloco de Esquerda aqui faz e que respeitamos, não são postos à votação. Votaremos a parte final da moção e votaremos favoravelmente a saudação aos trabalhadores neste 1º de Maio.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado Carlos Poço faça favor.

***DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)***

Carlos Poço, PSD.

A minha intervenção vai no mesmo sentido do senhor deputado do Partido Socialista, isto é, relativamente à parte do corpo das considerações. Se forem retiradas, nós votaremos favoravelmente o texto que se propõe como moção. É retirar a parte inicial e propor só a votação do texto da moção.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhor deputado Domingos Carvalho!

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Apenas para subscrever as palavras dos meus colegas anteriores, porque é aquilo que faz sentido. E faço um apelo claro de que, num momento importante e que devia merecer a nossa unanimidade e o nosso consenso e a nossa vontade de celebrar o que vale a pena, levaria o Bloco de Esquerda a repensar a proposta, e considerarmos aqui uma proposta que nos unisse a todos. Era importante. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Os senhores deputados sabem que a Mesa tem obrigação de pôr à votação as propostas tal como estão. No entanto, eu ponho à consideração do senhor deputado Vitorino Pereira. Se entender modificar é com ele.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Eu retiro os considerandos!



**PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)**

De qualquer maneira a proposta que foi apresentada ficará registada em acta tal e qual como estava, sendo que o senhor deputado Vitorino Pereira concordou em retirar o preâmbulo da moção. Ficarà à votação apenas a seguinte frase:

*“O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal na sua reunião ordinária de 28 de Abril de 2009, decida:*

*- Saudar todos os trabalhadores e particularmente os da nossa região, incentivando-os e apoiando-os na sua luta por uma vida digna e um Portugal mais justo, mais solidário e mais fraterno.”*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o presente voto de saudação.**

A segunda moção apresentada pelo senhor deputado Vitorino Pereira, diz respeito às condições sociais das famílias mais carenciadas do Concelho e respectiva população escolar e à concessão de apoio social a essas famílias.

De todo o modo, eu não sei se isto é bem uma moção ou se é uma proposta/recomendação feita à Câmara Municipal de Leiria. Foi falha, minha também, porque quando foi apresentada a proposta a senhora Presidente tinha mencionado na sua intervenção que queria que o senhor vereador Vítor Lourenço se nos dirigisse sobre este assunto. E já agora aproveita também para dar alguns esclarecimentos antes da discussão e votação. Faça favor senhor vereador.

**VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)**

Boa noite.

Vítor Lourenço, Vereador.

Em relação a esta questão que foi colocada pelo senhor deputado Vitorino Pereira, em primeiro lugar gostaria de convidá-lo a ir a uma reunião de esclarecimento sobre as medidas adoptadas no âmbito da Acção Social Escolar pelo próprio Município de Leiria, durante este ano, para conhecer a matéria de facto, do que é que nós temos feito e tenho muito gosto em fazer essa reunião consigo e com os serviços de Educação, porque nós tivemos uma acção social escolar este ano com as medidas tomadas pelo Governo, já temos duas fases de apreciação das candidaturas das crianças que têm necessidades reais na questão da alimentação, dos transportes e



do material escolar, e neste momento com os nossos parceiros, que são as associações de pais, que têm colaborado connosco activamente na resolução destes problemas, com as Juntas de Freguesia e os Agrupamentos de Escolas, posso dizer-lhe que não há nenhuma criança, quer ao nível do básico, da responsabilidade municipal, quer ao nível de responsabilidade dos agrupamentos, ou seja da responsabilidade do Ministério da Educação, que frequente a escola onde haja serviço de refeições, transportes, etc., que não tenha o tratamento devido não só no início do ano, mas sempre em qualquer circunstância anómala da família que aconteça durante o ano lectivo. E está a acontecer. Não há nenhuma criança que deixe de se alimentar na escola por questões dessa natureza, de capacidade financeira. Ao nível do 1º ciclo ainda não aconteceu, mas ao nível do 2º e 3º ciclo e do profissional, há jovens e crianças que levam para casa comida para a refeição da noite.

Portanto, as nossas instituições nesse aspecto estão a funcionar, aliás, ainda aqui há dias, a senhora Ministra da Educação, das poucas vezes que lhe ouvi dizer totalmente a verdade (sabem que eu sou muito crítico em relação a algumas medidas da Educação) mas tenho que fazer justiça, porque ainda há dias ela disse exactamente isto, tem a certeza que não há em nenhum agrupamento de escolas do País, nenhuma criança que deixe de se alimentar bem, por questões de natureza financeira da família. E isso é uma verdade absoluta. Eu tenho conhecido casos que são casos reais do que está a acontecer, naturalmente que ninguém tem interesse em divulgar os casos, mas esta prática é reconhecida e é feita no dia-a-dia dos serviços de educação, quer das escolas EB 2/3 quer secundárias. Ainda hoje, antes de vir para aqui, estivemos numa Escola Secundária numa reunião que terminou já às 08.45, onde se falou também deste assunto. E portanto, essa questão de uma medida que é genérica e que está aqui a apresentar-se como genérica, é o que nós dizemos muitas vezes, provoca injustiças por serem genéricas, e quando são tratadas caso a caso de acordo com as necessidades de cada uma das famílias. Mas posso-lhe dizer que há vinte jovens a estudar no Ensino Superior, fora de Leiria, porque têm uma bolsa da Câmara, porque se não, não estudavam. Há dias uma mãe, antes de saírem os resultados do concurso, me veio dizer a chorar, que tirou o filho da escola onde estava a estudar porque já não tinha capacidade para tal, e por acaso a bolsa foi-lhe atribuída, julgo que estava no quinto lugar.

Portanto, nós estamos atentos a este problema da crise que afecta as famílias mais desprotegidas. Sabemos de exemplos de Juntas de Freguesia que apoiam



directamente famílias, no âmbito das necessidades das crianças, associações de pais que elas próprias com as suas receitas fazem esse trabalho, e portanto é reconhecido que o trabalho nesta área tem sido desenvolvido com a atenção que o assunto está a merecer no dia-a-dia.

Só para vos dar mais um exemplo, de uma notícia daquelas que a senhora Presidente falou, que vêm nos jornais e que às vezes se ouvem, medidas mediáticas. Aqui há dias, houve uma conferência de imprensa, uma apresentação das medidas de um Município que também não vale a pena citar, li num jornal que "*...passámos os apoios directos para a aquisição de materiais para trinta e cinco euros por criança...*", nós já vamos em cinquenta euros há vários anos.

As medidas de apoio social, do apoio às crianças do nosso Concelho, nesse aspecto está garantido. Muito obrigado.

#### ***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor vereador.

Senhor deputado Carlos André e a seguir o senhor deputado Carlos Poço. Faça favor.

#### ***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Ainda bem que usei da palavra depois do senhor vice-presidente e vereador com o pelouro da Educação.

O que eu ia aqui dizer, são duas coisas muito simples e que em parte estarão dispensadas depois de termos ouvido a opinião do senhor vereador. Além do mais ditas por mim antes dele falar, pareceria que estava a falar, como diziam os latinos e dizem os nossos juristas "*pro domo mea*", estava a falar em causa própria, por simpatias políticas com o Governo, e a voz do senhor vereador é absolutamente insuspeita a respeito deste assunto.

Os Governos têm medidas com as quais concordamos e têm as medidas em relação às quais temos a nossa discordância. E a actuação do Ministério das Educação suscita seguramente a crítica de muita gente, mas não há ninguém que suscite a crítica em relação a tudo, nem há ninguém que suscite todas as críticas. E neste particular, o Governo desenvolveu um conjunto de iniciativas francamente positivas no domínio da acção social escolar. Dou também testemunho. Eu presido à assembleia-geral, como na Câmara se sabe, de uma instituição particular de solidariedade social do nosso concelho, e que serve muitas refeições para uma grande parte das escolas que



envolvem Monte Real. Fez obras, desenvolveu uma capacidade de trabalho, desenvolveu um know-how específico, no sentido de fornecer as refeições para uma grande parte das escolas que envolvem aquele centro que é Monte Real.

Dito isto, gostaria de acrescentar que além dessas, há muitas outras medidas em curso de apoio às crianças. Resolvem os problemas? Não resolvem os problemas todos!

A crise veio inopinadamente, a crise é grande, é forte, é acentuada, cria problemas de marginalidade, cria problemas de incapacidade de resposta por parte das famílias, isso é um facto. Deveremos eventualmente estudar, porque nunca somos perfeitos, nunca temos a resposta completa, outras respostas para a crise? Sem dúvida que devemos fazê-lo! Há uma coisa, porém, que temos que ter presente e permitam-me fazer este parêntesis, dê-me licença de o fazer senhor Presidente:

Eu, num dos seminários onde colaboro na minha Faculdade de Letras, tem a ver com uma coisa chamada "Projectos Culturais no Âmbito das Autarquias" (o senhor vereador Vítor Lourenço costuma lá ir colaborar, fazer uma sessão, acho que é assim que se chama) apenas dou dois ou três ou quatro módulos, é do Mestrado, e costumo dizer aos alunos que há um vício que nós portugueses temos. Não quero com isto diminuir de forma nenhuma o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, mas há um hábito que não é bom e que nós portugueses temos, que é ter um conjunto de ideias e quando se pergunta diz-se que custa pouco. Eu respondo a esses meus alunos que pouco não é número e muito também não é número. Se pretendemos fazer, de uma forma articulada, um projecto de intervenção desta natureza, teremos que saber quanto é que custa para sabermos se somos capazes de o concretizar. Não tenho nada contra estas ideias, mas como ficou claro da intervenção do senhor vereador Vítor Lourenço, algumas delas estão em execução por iniciativa da Câmara, por articulação entre a Câmara e medidas governamentais.

Eu sugeria que se pensassem outras medidas, mas que isto fosse apenas uma sugestão que ficasse aqui, que não fosse uma proposta formal da Assembleia Municipal à Câmara, porque isso significaria que a Assembleia Municipal se estava a comprometer com uma proposta em relação à qual não temos custos. Nós somos solidários com o desenvolvimento de iniciativas desta natureza, que levem a Câmara a estudar mais e melhores medidas, com vista a combater as desigualdades sociais que existem, nomeadamente no Ensino Básico, mas que seja apenas isso. Uma simples sugestão, para que se proceda ao necessário estudo, com vista a concretizar



mais medidas, mas não que se proponha à Câmara a concretização de medidas específicas, porque isso teria um toque de alguma irresponsabilidade da nossa parte por não sabermos quanto é que custa.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Poço. Faça favor.

***DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)***

Carlos Poço, PSD.

A minha intervenção vem também no sentido da intervenção anterior, do senhor deputado Carlos André. Coincidências, hoje estamos com bastante sensatez nas questões.

Eu queria apenas sublinhar um aspecto que não foi suficientemente sublinhado pelo senhor deputado e que tem a ver com uma proposta deste tipo muito concreta e que traz custos.

É evidente que a Assembleia Municipal tem o poder deliberativo de impor as decisões que aqui forem tomadas. E por isso eu queria apelar, neste caso concreto, ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira ou a outro partido, quando pretenda trazer uma proposta que tenha por intenção vir a ser aprovada, que no mínimo a apresente aos deputados da Assembleia Municipal com uma antecedência de pelo menos uma semana, para que possa ser estudada, e para que quando chegarmos aqui à Assembleia, tenhamos um conhecimento profundo sobre a matéria porque não poderíamos hoje, sobre uma proposta concreta, com números, com despesas, decidir aqui em poucos minutos sobre isso. Poderíamos quando muito, propor que se fizesse uma recomendação à Câmara para a Câmara depois a avaliar.

Mas verificámos, pelas explicações que foram dadas, que a grande maioria, se não a totalidade da proposta, está contida na actividade normal dos serviços camarários. Portanto, está em princípio ultrapassada a proposta. Nesse sentido, a proposta que faço é que seja retirada, reconhecendo a boa vontade, os méritos que a proposta tem, mas esgota-se porque ela está contida na actividade normal da Câmara.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Augusto Esteves deseja falar? Faça favor!



***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

Era só para dizer que é fácil ultrapassar todas essas dificuldades que o PS e o PSD estão a colocar em relação a esta proposta, porque na realidade, perante a situação grave que aqui temos, faz sentido o tomar de um conjunto de medidas no plano social. Fico satisfeito em saber, que a Câmara está a ter atenção a estes problemas, mas todos os problemas que aqui se colocaram e que se colocam e que coloca a própria moção, podem ser ultrapassados mudando apenas uma palavra, em vez de ser moção é uma recomendação, e portanto todos os problemas ligados ao problema do financiamento, todos os problemas ligados porque não temos competência para alterar esta matéria, podem ser transformados numa recomendação, que uma ou outra alínea possa ter em consideração o próprio estudo por parte do Município.

E portanto, da nossa parte, independentemente da proposta e muito daquilo que recomenda não ser aplicado, porque já está em andamento, mas a verdade é que expressam uma preocupação que também é nossa, que a Câmara Municipal a considere, a estude, e veja se há ali algum aspecto que possa eventualmente introduzir.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

E como última intervenção tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Eu venho quebrar de alguma forma este clima de concórdia.

Se há pessoas por quem eu tenho um grande apreço é o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira. Não o conhecia muito bem, mas comecei a conhecê-lo na nossa Comissão do gerador. É uma pessoa do mais estimável que pode haver. Só que, o senhor deputado está aqui também a fazer política, e nessa medida é meu adversário político. E perante essa circunstância, obviamente, e eu não posso pôr em causa, pelo menos as sondagens dizem que o Bloco de Esquerda tem feito um excelente trabalho político, que eu não posso aceitar é que esse trabalho político venha a ser feito numa área onde eu por obrigação de "ofício", como há pouco disse faço parte de uma associação de pais e tenho obrigação de acompanhar com maior proximidade essa questão, e eu de facto não posso deixar de ver nesta



recomendação que aliás, o próprio deputado José Augusto Esteves quando dizia que ficava satisfeito por constatar que a Câmara fazia esse trabalho. É um facto, felizmente, nós portugueses, podemos ter todos os defeitos do mundo, mas preocupamo-nos com o nosso concidadão. Se o nosso concidadão for um jovem em idade escolar muito maior essa preocupação. Não tenho qualquer dúvida que as próprias escolas estão a cumprir com a máxima atenção esse plano, de que não haja ninguém que esteja a passar necessidades. Há outras matérias onde eu acho que nós devemos ter preocupações, a nível escolar muito honestamente, toda a informação que eu tenho é de que, o trabalho está a ser feito de uma forma muito clara e portanto, este tipo de recomendação é apenas, e perdoe-se-me a expressão, daquelas coisas que se dizem só para não ficar calado, porque fica bem dizer porque a imprensa passa estas coisas. E isso a mim preocupa-me, porque quando algo está a ser bem feito, junto a esta nota devia ter sido dito que para além do excelente trabalho, não é a Câmara, não é o Governo, não são as escolas, são os portugueses que estão a fazer, perante esta circunstância junto dos jovens em idade escolar que fique mais esta nota. Mas se for apenas uma recomendação tipo “cuidado, tenham atenção porque estão desatentos” garanto-lhe que felizmente não está ninguém desatento e nesse aspecto são as escolas, é o Governo e é a Câmara no trabalho que têm estado a fazer. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

O assunto que foi apresentado pelo senhor deputado Vitorino Pereira, foi discutido quando uma das bancadas apresentou os seus pontos de vista. E eu penso que no plano dos princípios, mais ou menos estavam todos de acordo. Se o senhor deputado Vitorino Pereira autorizar, a Mesa recebe a sua proposta e enviá-la-á à senhora Presidente da Câmara, que olhará para todos os aspectos que já foram aqui referidos e que se diz que estão a ser cumpridos e para todos os outros que não foram aqui referidos mas que o senhor deputado chamou a atenção para eles. Como disse, se estiver de acordo, não votaremos para evitar divisões uma vez que conseguimos alguma unanimidade.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.



A intenção é precisamente chamar a atenção para outros problemas, além dos escolares, que existem e que a Câmara se puder, poderá debruçar-se sobre isso. Chamar a atenção, mais nada!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

É por isso que a vamos enviar à senhora Presidente da Câmara como recomendação pessoal, acrescida de todas as opiniões que foram aqui expressas e que serão transpostas para a acta. Muito obrigado senhor deputado.

Bem, antes de terminarmos este período, e não comecei por fazê-lo no início porque a sala estava um pouco vazia, eu punha à discussão a acta da reunião anterior.

Ela foi distribuída, pergunto se alguém tem alterações ou correcções a fazer à acta?

Não havendo vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Sete abstenções.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com sete abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2009.**

Vamos de seguida passar ao período da “Ordem do Dia”

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Eu apelo a todos os senhores deputados que tenham em atenção o adiantado da hora e que neste período, que é o mais importante, tenham alguma contenção nas intervenções sem, obviamente, querer coarctar o direito da discussão e dos esclarecimentos que cada um queira ter.

## **ORDEM DO DIA**

**1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO -** Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Senhora Presidente da Câmara deseja usar da palavra sobre este ponto?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Não senhor Presidente, a não ser que haja alguma dúvida.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Alguém pretende esclarecimentos sobre este ponto que é apenas para apreciação?



**A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do relatório da Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro.**

**2. RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA DE 2008 –**  
Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

A senhora Presidente com certeza deseja usar da palavra, faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente, apenas algumas notas relativamente às contas e ao relatório que eu julgo importante realçar.

A primeira nota é que relativamente às receitas e estou sempre a comparar 2007 com 2008, há uma diminuição em 2008 das transferências do Orçamento do Estado, que em 2007 pesavam no orçamento tal da Câmara de receitas 27% e passou para 23%, ou seja, há um visível crescimento de autonomia financeira. Há portanto uma diminuição de fontes de financiamento exteriores, uma vez que as receitas próprias de base local passaram de cerca de trinta e nove milhões de euros em 2007, para cerca de quarenta e dois milhões de euros em 2008. Há ainda, como é também constatado nos quadros apresentados, um aumento das receitas totais sem empréstimo, uma vez que se sabe que em 2008 foi contraído um empréstimo no âmbito do programa "Pagar a tempo e horas", há um aumento das receitas totais, de sessenta e um milhões de euros em 2007, para sessenta e seis milhões em 2008. Há no entanto, uma descida em termos de receitas de impostos directos, de cerca de 13% do valor da derrama arrecadada. Isto pode ter dois tipos de explicações, uma delas é sem dúvida nenhuma o abrandamento da actividade económica, não tenho dúvida nenhuma, uma vez que a derrama incide exactamente sobre isso, mas também porque foi atempadamente percebido que isto iria acontecer pela Associação Nacional de Municípios quando foi introduzida a nova Lei das Finanças Locais, ou seja, a nova fórmula de cálculo da derrama introduzida pela nova Lei das Finanças Locais traz como consequência uma diminuição da derrama arrecadada. E portanto, esta descida dos 13% tem estas duas explicações não se conseguindo saber em rigor o que é que é explicado por um lado e o que é que é explicado pelo outro. Há no entanto, do ponto de vista global, cerca de sete milhões de euros de receitas correntes, que foram aplicadas em despesas de capital, isto é, as receitas



correntes que foram arrecadadas pelo Município serviram para dar cobertura às despesas correntes, havendo ainda uma diferença de sete milhões que foram aplicadas em despesas de capital, o que revela um ganho de poupança corrente e de auto-suficiência financeira.

Relativamente à questão das despesas, e aqui entra efectivamente a realização de 60% do que estava efectivamente orçamentado, eu queria dizer mais uma vez aquilo que eu acho que é importante, que é o facto de nós no ano de 2008, tal e qual como foi aqui explicado, termos previsto o funcionamento em pleno do QREN, o que não veio de forma alguma a acontecer. As formulações de candidaturas foram completamente insignificantes, porque tal e qual como eu já expliquei em várias Assembleias, o QREN tornou-se um enredo criado pelo próprio Governo e apenas no final do ano nós tivemos a primeira candidatura aprovada no âmbito da requalificação urbana, sem ter dado qualquer tipo de efeito do ponto de vista prático em termos de realização, porque foi mesmo no final do ano, foi no dia 16 de Dezembro que foi assinado o contrato da contratualização com a NUT3 – Associação de Município do Pinhal Litoral, o que também não veio dar, do ponto de vista prático, qualquer tipo de financiamento QREN no ano de 2008. Estava previsto ainda no ano de 2008 um financiamento para seis projectos na área da Educação, o que não veio acontecer porque apenas dois vieram a ser aprovados, porque as candidaturas abriram praticamente no final do ano, ou seja, sendo o QREN o dinheiro mais barato que pode haver para aplicação e injeção na economia real, é realmente de lamentar como é que passados neste momento 2007 e 2008 e já vamos no fim do 1º trimestre de 2009, e o QREN não tenha tido ainda qualquer tipo de aplicação prática nem qualquer tipo de efeito prático na realidade não só autárquica como na economia em geral.

Esta explicação do QREN tem uma incidência muito significativa na Educação: Tal e qual como eu disse, foi a área que mais foi penalizada porque tinha previsto seis projectos que não vieram a ser financiados nem aprovados. Apenas dois foram aprovados, precisamente pelo arrastamento do QREN e na sua aplicação, na saída dos regulamentos, na aceitação das candidaturas, na aprovação as candidaturas, tem sido um enredo que continua a verificar-se durante o ano de 2009 e com este arrastamento e com esta consequência negativíssima do ponto de vista daquilo que é a possibilidade de realização de projectos e ao mesmo tempo do efeito que isso poderia ter também, como já se falou aqui várias vezes, de combate à própria crise.



Em 2008, a despesa cresceu 24% face a 2007 no total das despesas, houve um desvio de 39% das despesas correntes face ao previsto, o que é revelador da introdução de mecanismos de poupança e gestão equilibrada, a partir do momento em que se percebeu que não havia resposta em termos de financiamento do QREN, para podermos utilizar a poupança corrente em despesas de capital, mantivemos um ritmo de crescimento muito pouco significativo nas despesas correntes, e isto é claramente sintomático no aumento ou no crescimento das despesas com pessoal, que apenas cresceram cerca de 2%, e que nem sequer é resultado das actualizações salariais e do movimento evolutivo das carreiras e categorias dos funcionários, uma vez que o efectivo se manteve estável.

Porque é que nem sequer é representativo dessa actualização salarial?

Explica-se da seguinte maneira:

Houve variadíssimas aposentações no Município, pessoas que chegaram ao fim da sua vida activa e que, do ponto de vista salarial, tinham salários mais elevados, foram substituídos por pessoas que ganham menos e portanto o crescimento das despesas com pessoal é apenas de 2%.

Uma nota importante em relação às despesas correntes, que é o peso da rubrica "Aquisição de Serviços". E o que é que tem um peso significativo nesta rubrica. O enriquecimento curricular tem um peso muito grande e os transportes escolares.

Os transportes escolares, já vimos dizendo há vários anos a esta parte que não são financiados nem de perto nem de longe, nem sequer 50%, pelo Ministério da Educação, portanto há uma componente muito grande dos transportes escolares que são da responsabilidade directa do Município. E a introdução desta nova actividade, que é o chamado enriquecimento curricular, em que era previsto que o Ministério de Educação nos compensasse na totalidade das despesas, uma vez que o que foi sempre entendido é que o Município era apenas um veículo de realização destas tarefas e destas actividades, a verdade é que não tem acontecido que sejamos ressarcidos na totalidade das despesas que têm sido feitas com este tipo de trabalho em que como digo, nós estamos a executar um trabalho que é da responsabilidade do Ministério da Educação.

Uma nota seguinte também relativamente aos juros: O valor pago de juros em 2008 foi inferior em 12% face ao valor de 2007. As razões foram a descida da taxa de juro, sem dúvida nenhuma, mas também a renegociação de empréstimos que foram feitos e que tiveram resultados práticos muito significativos.



Uma nota também adicional, quanto às indemnizações compensatórias à Leirisport, que desceram 42% face aos valores de 2007. E também uma nota que eu considero importante, que é o peso destas indemnizações compensatórias no total das despesas correntes, que é de 5% e nas despesas totais é de 3%. E lembrar também que estas indemnizações compensatórias, que são pagas à Leirisport, destinam-se 34% a compensação ao preço praticado para utilização dos equipamentos, 22% para as actividades que a Leirisport faz em substituição da Câmara, e o resto, é para os apoios indirectos aos clubes, às colectividades, etc., que utilizam os próprios equipamentos.

Também uma nota adicional, que o investimento por habitante em 2008 foi de cento e sessenta e três euros, tendo sido em 2007 de cinquenta e três euros.

Penso que também era importante dar aqui uma explicação relativamente à importância que as indemnizações compensatórias têm no total da actividade da Leirisport. Isto são claramente contas da Leirisport mas importa saber.

As indemnizações compensatórias, que desceram naquela ordem de grandeza que eu referi, pesam no total das receitas da Leirisport 44%. Tudo o resto da actividade da Leirisport é com receitas próprias. Portanto as indemnizações compensatórias nem sequer chegam a metade das receitas da própria Leirisport.

Finalmente para dizer que com o acesso que tivemos ao programa "Pagar a tempo e horas", porque nem todos os Municípios que concorreram a este programa tiveram condições de vir a ser autorizada essa candidatura, no caso de Leiria foi porque reunia condições de capacidade de endividamento e folga e indicadores que o permitissem ser aceite, mas também pelo facto de não termos tido qualquer tipo de agravamento, o prazo médio de pagamentos passou de duzentos e oitenta e quatro dias em 2007 para sessenta e quatro dias em 2008.

Portanto senhor Presidente, é o que me oferece dizer genericamente. As contas foram distribuídas, foram certificadas, penso que todos receberam o documento de certificação de contas do nosso revisor oficial de contas, tiveram uma apreciação francamente positiva e para já não tenho mais nada a dizer. Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem a palavra o senhor deputado António Sequeira.



**DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)**

António Sequeira, Partido Socialista.

Antes de começar a minha intervenção, porque não me vou referir a este assunto para já, e fiquei na dúvida se a senhora Presidente ia ou não fazer alguma referência ao assunto sobre o qual gostaria de ser esclarecido, que era um parágrafo que vem aqui no relatório de gestão, em que fala que *“durante o ano de 2008 ocorreram alguns factos patrimoniais permutativos e quantitativos de grande relevância, das demonstrações financeiras. Deste modo os factos exclusivamente permutativos (e é este que eu não tenho explicação para ele) salienta-se a passagem dos empréstimos concedidos à Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo, EM, em capital social.”*

É que isto é efectivamente uma relevância tremenda, em termos de montante e tudo isso, que eu gostaria que me fosse explicado, desde a génese desta verba até agora à sua transmutação em capital. E depois eu guardar-me-ia para efectivamente ter uma intervenção sobre isto no fim, depois de fazer a minha intervenção formal.

**PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)**

O que é que queria saber? É sobre a Leirisport?

**DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)**

Conforme aqui diz, isto tem uma relevância tremenda nas demonstrações financeiras e eu posso dizer porquê daqui a um bocado.

**PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)**

Evidente que tem! No caso da sociedade Leiria Polis todo o património que foi constituído pela sociedade transitou para o Município, estava previsto na própria constituição da sociedade. Quando ela se extinguisse todo o património transitaria para o Município.

**DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)**

E estava escriturado como empréstimos concedidos?

**PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)**

Não, estou a falar da Polis!

**DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)**

Sim, isso percebi, porque isso é patrimonial, nisso não tenho nenhuma dúvida. Mas eu estou a pôr o caso da Leirisport, que tem um cariz virtual, escritural, permutativo,



mas que tem uma relevância tremenda nas contas. Aquilo que se passou é que eu gostava de saber.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Foi a passagem tal e qual como aqui está senhor deputado Sequeira!

***DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)***

Estava escriturado em empréstimos concedidos?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Exactamente! E foi transformado em capital social.

***DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)***

Pronto, depois no final falarei sobre isso. Eu não ponho dúvida do ponto de vista técnico, eu ponho é do ponto de vista de análise financeira, não só feita aqui como feita noutros lados, tem uma relevância tremenda que eu não entendo muito bem e gostaria de entender. Mas no fim farei uma intervenção sobre isso para não estar agora a levantar confusão nas pessoas, e passava a fazer então a minha intervenção sobre este ponto.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras, meus Senhores!

Como habitualmente vou centrar a minha análise às contas da Câmara de Leiria em três vectores que considero importantes e significativos para se poder ter uma ideia fundamentada do desenvolvimento das mesmas quer na perspectiva financeira e económica quer na vertente das opções políticas que as determinaram.

Nessa conformidade vou, de maneira muito sucinta:

- discriminar os agregados que formaram a receita e a despesa evidenciando as parcelas mais significativas;
- analisar a sua evolução comparada com exercícios anteriores;
- confrontar os saldos das contas efectivamente apurados com os valores que constavam do orçamento previsto para cumprimento do plano no exercício de 2008.

A receita total do Município de Leiria (ML), forma-se por duas componentes principais: **as receitas correntes** que englobam os impostos, as transferências correntes e as vendas de bens e serviços, **as receitas de capital** que integram as



vendas de bens de investimento, as transferências de capital e os empréstimo de médio e longo prazo.

A estrutura da receita é a seguinte: As receitas correntes correspondem a 70% das receitas totais, as receitas de capital a 25%.

A receita total cresceu em 2008 cerca de 25%, mas se excluirmos os empréstimos bancários essa variação fixa-se nos 9 pontos de percentagem.

Este crescimento fica a dever-se exclusivamente ao crescimento das receitas de capital já que as receitas correntes viram o seu saldo diminuir mais de 2%.

Os impostos directos cobrados pelo ML, correspondem a 48% das receitas correntes e 33% das receitas totais, podendo portanto afirmar-se que os impostos são uma componente fortíssima na estrutura das receitas da Câmara.

Pelo que, não pode deixar de assinalar que a arrecadação de impostos directos em 2008 diminuiu 7% (quase 2 milhões de euros) em relação a 2007 e que ficou aquém das previsões orçamentais em 11%.

Os impostos responsáveis pela quebra verificada de 2007 para 2008 foram o IMT e a derrama.

A cobrança a menos de cerca de 3,2 milhões de euros em impostos directos, em relação ao previsto no orçamento, nada me surpreende pois é explicável e era previsível.

O que continua para mim inexplicável é que se orçamente o desejável e não o plausível.

Ainda dentro das receitas correntes merecem referência as transferências do Estado que cresceram 4%.

O saldo das receitas de capital quase triplicou de 2007 para 2008 que se deve em boa parte à contratação de um empréstimo bancário.

Trata-se do programa "Pagar a tempo e horas", que se destinou, como o próprio nome sugere, a criar condições às autarquias para solver as suas dívidas a fornecedores.

Foi uma iniciativa do governo, que merece reconhecimento, pois permitiu que as autarquias contratassem empréstimos em condições muito vantajosas, destinados a liquidar as dívidas mais antigas, o que era da mais elementar justiça e que veio permitir minorar a situação difícil de algumas pequenas empresas, nesta conjuntura.



No ML os benefícios já se fizeram sentir pois o prazo médio de pagamento aos fornecedores baixou dos 280 para os 64 dias, circunstância esta que se regista com satisfação.

A outra componente com peso nas receitas de capital e que também contribuiu para o seu crescimento foram as transferências de capital, nomeadamente FEDER e outras provenientes do estado.

Em resumo, a comparação das receitas do ano em análise com as do ano anterior, mostra-nos um incremento significativo da receita total do ML, todo ele da responsabilidade das receitas de capital, cujo crescimento atrás se explicou, pois as receitas correntes viram o seu saldo diminuir mais de 2 pontos de percentagem.

Analisemos agora também muito sinteticamente a despesa do município.

A despesa total cresceu mais de 14,3 milhões de euros, ou seja cerca de 14% em relação ao ano de 2007.

As despesas correntes, que englobam as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, as transferências e os subsídios, aumentaram 8,5%.

As despesas de capital que incluem a aquisição de bens de capital, as transferências e o serviço da dívida, cresceram mais de 61%.

As despesas com pessoal cresceram apenas 2%, mas mais uma vez ponho em evidência o facto do crescimento contínuo e significativo da rubrica "aquisição de serviços" que de 2006 para 2007 havia crescido 3,3 milhões de euros (mais de 25%), de 2007 para 2008 aumentou 2,6 milhões de euros (20%), ou seja, em dois anos o custo da aquisição de serviços ao exterior aumentou quase seis milhões de euros, que correspondem a um crescimento de 38%.

As transferências totais para as freguesias sofreram um pequeno decréscimo no exercício de 2008, não chegando aos 3,9 milhões de euros que se haviam registado nos dois exercícios anteriores, acentuando a tendência de queda desta rubrica a partir de 2005, em que se tinham transferido 5,6 milhões de euros.

O relatório de gestão do município, que é um documento que considero bem elaborado, reconhece que as transferências para as freguesias têm vindo a diminuir sistematicamente nos três últimos anos, mas como em 2008 se transferiu mais do que em 2002, isso prova, segundo o mesmo relatório, que se está a seguir uma política de descentralização de competências.



Quantos anos andaremos mais, com as transferências para as freguesias a baixar e a fazer comparações com o ano de 2002 para tentar provar o contrário. Se fosse o ano de 2003 que servisse de referência a conclusão já seria a contrária...

As transferências para o SMAS diminuíram 17% em relação ao ano anterior e representam 29% da receita da derrama.

Entrando na terceira parte desta resumida análise das contas do Município de Leiria, parte esta a que já em tempos chamei a comparação entre o dito e o feito e que é de certa maneira confrontar a ficção com a realidade, relevamos o seguinte:

As receitas ficaram 40% aquém da previsão orçamental e este facto é, como se sabe, o que determina tudo o resto que se pode dizer neste capítulo.

Quanto à execução das opções do plano, como as receitas foram curtas, quedaram-se pelos 57% do previsto.

Como consequência dos orçamentos empolados, fica para a Câmara o poder discricionário de distribuir o mal pelas aldeias e fê-lo, grosso modo, da seguinte maneira:

A educação executou 53% do previsto, a urbanização 24%, o meio ambiente e o património 44%, a cultura 68% e o desporto 70%, a juventude e tempos livres menos de 30%.

À acção social, para a qual se tinham contemplado verbas que representavam 1,1% do total do plano, só se executam 42% dessa insignificância.

A crise social ainda não deve ter chegado ao concelho de Leiria, ou então a Câmara tem ajudado pouco!

Argumentar com quaisquer circunstâncias aleatórias, imprevistas, inesperadas, com crises, conjunturas, ou malfeitorias da governação central, já não colhe, pois os valores atingidos foram aqueles que na melhor das hipóteses se poderiam obter, conforme veementemente deixámos dito aquando da discussão do plano para o ano cujas contas estão agora em análise.

Mesmo as receitas correntes, menos aleatórias do que as de capital, ficaram a mais de 25 milhões de euros do previsto, o que abona pouco o rigor de quem elaborou as previsões.

Nos dias de hoje os planos e os respectivos orçamentos não se classificam em optimistas ou pessimistas, mas sim em rigorosos e plausíveis ou não rigorosos e irrealizáveis, mesmo tendo de contemplar uma margem de desvio em função dos ambientes financeiros, económicos e políticos em que se desenvolvam.



Os orçamentos do ML têm insistido numa teimosa falta de rigor.

E não tem sido por falta de insistentes críticas construtivas da bancada do PS nesta Assembleia e não só, às quais, sempre irredutivelmente, foram feitas orelhas moucas.

O nosso voto contra as contas de 2008, apresentadas num documento que se nos afigura tecnicamente bem elaborado, baseia-se no facto dele reflectir todos os vícios que previmos e para os quais alertámos em Dezembro do ano de 2007.

Tenho dito!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

O princípio da elaboração do orçamento de qualquer Município, além de previsto na lei, parece evidente nos dias de hoje que deverá orientar-se para o seu desenvolvimento económico e social, sendo igualmente imprescindível para conter a degradação acelerada do nosso património e ambiente.

O reduzido grau de execução orçamental que a Câmara Municipal de Leiria tem continuamente apresentado, não nos parece adequado à prossecução daqueles princípios orientadores, além do desvio e das proporções dos fluxos financeiros esperados de despesa corrente e de capital para os vários órgãos e finalidades, esta prática recorrente induz disfunções orgânicas do Município e Freguesias, atrasos, instabilidade, e desarticulação nos investimentos e projectos em curso.

O Bloco, manifesta-se mais uma vez contra esta intencional falta de rigor e eficiência de execução (note-se que estamos a falar de cerca de cinquenta milhões de euros aquém da previsão orçamental inicial). Pese embora o carácter aleatório de várias receitas, não nos parece que o sistemático empolamento das receitas contribua para a concretização dos objectivos municipais, contribua bem pelo contrário, contribui isso sim, para fugir ao controle desta Assembleia, permitindo assim ao executivo escolher a seu gosto pessoal e partidário, os beneficiários dos fundos orçamentais, com isso controlando de modo anti-democrático as Freguesias dependentes do seu orçamento para a sua sobrevivência, entre outras instituições.



Em segundo lugar, regista-se em 2008, um acréscimo de cerca de cinco milhões de euros no endividamento a médio e longo prazo do Município, aumento do passivo que nos preocupa pela instabilidade orçamental e pela falta de equidade intergeracional. Pagar a tempo e horas é um bom princípio, todavia a rubrica de fornecedores não decresceu na mesma proporção.

Os resultados práticos do excessivo endividamento que os números reflectem não são evidenciados naquilo que são as mais básicas aspirações da população. A título de exemplo, vê-se o estado de degradação de algumas das principais escolas primárias da cidade de Leiria, como é o caso da Escola Básica dos Capuchos que já foi assaltada quatro vezes, após o início do corrente ano lectivo, e a escola do Arrabalde, junto à rotunda Cidade de Maringá, ali mesmo ao lado do "magnífico" estádio municipal. A par desta evidência são continuamente adiadas outras promessas tais como, a finalização do saneamento básico ou a grande bandeira levantada pelo executivo "a Educação", pese embora a desculpa do atraso do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Como é possível com estes graves problemas entre outros por resolver, existam transferências médias de cerca de quarenta mil euros para associações e organizações com finalidades de lazer, de qualidade duvidosa para a generalidade dos munícipes. Os cidadãos do Concelho de Leiria, tem toda a legitimidade para se interrogar sobre o destino do seu dinheiro, bem como sobre o presente e futuro do Município, profundamente afectados pelo montante da dívida camarária incrivelmente provocada pela péssima e irresponsável gestão do executivo camarário. Pagamos de juros por dia oito mil euros (isto é mil e seiscentos contos).

O passivo da Câmara passou de noventa e nove vírgula seis milhões de euros em 2007 para cento e vinte milhões em 2008. Assim vai despreocupadamente, este executivo municipal, hipotecando o futuro de uma ou duas gerações.

Em resumo, podemos afirmar categoricamente que os documentos previsionais foram uma grande farsa apresentada pela senhora Presidente da Câmara e seus pares, nesta Assembleia Municipal, uma vergonha para todos nós e uma grandessíssima falta de respeito pelos munícipes de Leiria como aliás, atempadamente frisámos. Neste cenário, é evidente que o Bloco não pode estar de acordo com esta grande diferença entre a execução financeira e execução real, que por sua vez não racionaliza os recursos aplicando-os em actividades não prioritárias,



em substituição de investimento essencial em áreas como a Educação, Acção Social e Saúde, Habitação, Ordenamento do Território e Cultura.

Por se tratar de um voto político, não de um voto contabilístico, e sendo tão claras as diferenças de propostas estratégicas políticas que nos separam da governação da cidade, conduzida pelo PSD, em consciência só podemos votar contra as presentes contas. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor de deputado José Augusto Esteves faça favor.

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores membros da Assembleia Municipal.

O ano de 2008 é o último ano completo do actual mandato. Com a prestação de contas do ano de 2008, estamos em condições de analisar não só a evolução da actividade do Município no ano que findou, como também ter uma primeira antevisão do que foi o presente mandato. De facto, o no de 2008 que agora está em avaliação, confirma-se como mais um ano de fraca prestação da actividade municipal, na resolução de problemas que eram essenciais ao desenvolvimento do Concelho.

A grande maioria das obras e iniciativas mais emblemáticas, seguindo até os próprios critérios do executivo, muitas das quais correspondem a necessidades reais das populações, acabaram por ficar no papel. O ano de 2008 foi, neste aspecto, mais um ano de arrastamento da concretização de muitos desses projectos, e porque não será esta Assembleia a fazer a avaliação do presente ano, deixem-nos dizer que o que resta de 2009 já não irá alterar significativamente a situação.

Na verdade, o mandato vai terminar e a circular interna ficará no mesmo sítio em que se encontrava há quatro anos. O Centro Histórico, anuncia-se agora um novo investimento, mas na realidade, 2008 tal como os últimos quatro anos, foram de uma inexplicável inacção. O plano de pormenor do Centro Histórico está como estava há quatro anos, à beira da aprovação, sempre à beira da aprovação. Os parques industriais marcaram passo e continuam a marcar em 2008, e do tempo que já correu não traz grandes novidades em relação ao ano de 2009.



Com as peripécias do novo centro comercial, estão adiadas todas as intervenções que deveriam ter tido resposta antes desse mal fadado processo ter iniciado. Falamos do jardim da Almuinha Grande, do pavilhão desportivo de Leiria, da requalificação do mercado municipal e de uma solução para o topo norte do estádio, tudo obras anunciadas para fazer neste mandato. Naturalmente que há justificações, mas é um facto que terminará o mandato sem dar um passo na solução destes problemas que se arrastam, uns no mínimo há cinco anos, outros há muitos mais, nomeadamente o jardim da Almuinha.

Em relação aos planos de ordenamento urbanístico e do território (PDM, plano regional de urbanização e outros pp), mais quatro anos passados e não há um sequer aprovado ou em vias disso. Em doze anos de actividade municipal sob a sua gestão senhora Presidente, não conseguiu concretizar um único instrumento de planeamento urbanístico com dimensão, apesar de ter sido essa uma das suas grandes bandeiras e prioridades.

No ano de 2008, continuou esse arrastar de pés, na área do Ambiente as grandes metas com prazos publicamente anunciados de conclusão da rede de saneamento básico, foram sempre adiados tal como o programa de despoluição suinícola. O saneamento doméstico era para concluir em 2004 e já não será em 2009, e ao ritmo de 2008 também não será em 2014. O ano de 2008 nesta matéria, não foi um ano de reforço do investimento municipal, antes pelo contrário. Mais um ano a regredir, a transferência para os SMAS menos 17% do que em 2007.

No que diz respeito aos museus, os anúncios de inauguração são em mesmo número dos anúncios do seu adiamento, e para falar apenas em grandes projectos que deviam há muito ter andado e em 2008 nem a perspectiva de solução se viu, nem verá neste mandato o termos sempre adiado o terminal de transportes colectivos, a Estrada Atlântica, a variante dos Capuchos, a requalificação da frente marítima da nossa única praia, a requalificação urbana do Rêgo d'Água, da estrada da Carreira de Tiro, da estrada da Gândara dos Olivais, toda uma área em que precisava urgentemente de ser considerada uma zona de intervenção, de requalificação urbana prioritária.

Tudo está praticamente como estava no início do mandato, isto para não falar também no Centro Cultural dos Marrazes, no eterno parque da encosta do Castelo ou no parque desportivo dos Marrazes, que de facto andou qualquer coisinha mas também muito devagarinho.



Diz o relatório, que os montantes transferidos para as Freguesias são bem reveladores de uma política de descentralização de competências. Não nos parece também, já que o volume de investimento não permitirá tal conclusão, nem em 2008 nem nos outros anos do mandato. O volume global do investimento estagnou e há até nestes últimos três anos, uma tendência para diminuir que é mais significativa se tivermos em conta a inflação. O relatório vem com uma despropositada comparação da evolução do investimento entre 2002 e 2008 para erodir o que na realidade está a acontecer, um recuo no processo da descentralização. Isto porquê? Porque os planos de actividade e o de 2008 não fogem à regra, não se ajustam nem às prioridades do investimento tendo em conta as necessidades da população, e não reflectem uma real vontade de realização. O irrealismo e a falta de rigor na sua elaboração, traduzem-se nos inaceitáveis baixos graus de execução, em áreas e projectos que deviam ser os prioritários da acção municipal, desvios enormes nas receitas, e por isso nas despesas.

Falando apenas na receita de capital, o desvio negativo de 55% traduz a habitual e recorrente fantasia orçamental, de obtenção de receitas do imobilizado (os terrenos, a habitação) aliás, o expediente no fundo do costume. Sempre um orçamento, do ponto de vista das receitas, empoladíssimo.

Em relação à despesa, menos 41% do programado, o relatório congratula-se com a diminuição da despesa com pessoal, mas não tornam evidente que isso tem uma contrapartida, a do aumento de quase de 100% das despesas com aquisição de serviços (em 2007 tínhamos tido 34%). Não se percebe neste quadro, tanta congratulação em relação à redução e fica-nos uma dúvida, se não será, embora a senhora Presidente hoje tenha aqui afirmado que a maioria, não tínhamos condições para avaliar isso com os dados que ali estavam, tem a ver com os transportes escolares e enriquecimento curricular, etc., que têm maior peso, admito que sim. Mas não deixo de dizer que perante esta evolução, deveríamos também ver se não há, com o aumento do dobro da despesa e com a aquisição de serviços, talvez a necessidade de estudarem e terem alguma ponderação em relação a este enorme desequilíbrio e que acabou por se processar, mas a fantasia orçamental está bem patente no desvio em relação às próprias prioridades anunciadas pelo executivo em relação a várias rubricas.

No caso da Educação, o desvio é para quase metade, a senhora Presidente trouxe aqui e agora a justificação do QREN, eu julgo que nessa matéria tem alguma razão,



porque de facto é inaceitável e particularmente no tempo de crise, é inaceitável aquilo que está a acontecer com o QREN, quando devíamos tomar todas as medidas no sentido criar condições para uma rápida, e particularmente até naquilo que é investimento local e regional, dinamização do investimento público potenciando o emprego e o conjunto das actividades e o próprio mercado interno, o que nós vimos foi exactamente o contrário e até nem percebo bem porquê. Mas se aqui poderá ter alguma razão, não tem razão em relação aos outros sectores, por exemplo no sector da urbanização, 76% do desvio, em relação à proposta inicial, não se estranhe que em muitos aspectos a gente considere e que esteja a ver certas áreas do Concelho a serem, do ponto de vista do ambiente urbano, bastante degradadas.

Transportes e arruamentos 56% de desvio, meio ambiente 55%, habitação 57%, mesmo aqui senhora Presidente, falando em preocupações sociais e tendo em conta que aqui é também a habitação social que pesa, fala-se muito em dar resposta a esse problema mas na realidade também aqui neste aspecto o investimento é muito frouxo.

E apesar disto, o endividamento continua de facto a aumentar, li há pouco tempo, uma afirmação da senhora Presidente dizendo que o endividamento está controladíssimo e desceu, não é isso que expressam os documentos da prestação de contas, nem está controlado nem a descer, e não fosse o empréstimo ao abrigo do programa Pagar a Tempo e Horas, obtido depois da aprovação das opções do plano por esta Assembleia, a coisa estaria preta particularmente para os fornecedores neste tempo de crise e de dificuldades.

Pelo que aqui fica, se pode concluir da nossa parte, que o ano de 2008 foi tão mau como vai ser o mandato que não tarda vai terminar. Dirá como já tem dito, que este é o seu plano de actividades, e quando nós tivermos responsabilidades executaremos o nosso. Mas há uma coisa que tem de compreender, é que a nossa responsabilidade hoje não é essa, é de aprovar ou reprovar a prestação de contas de mais um ano de gestão do actual executivo, tendo presente naturalmente as opções iniciais, aqui aprovadas, e a nossa própria visão do Concelho e dos interesses das populações, e é face a isso que nós dizemos que as soluções da maioria deste executivo nunca seriam as nossas.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Poço.



### **DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)**

Carlos Poço, PSD.

Senhor Presidente, senhores deputados, estamos aqui uma vez mais a discutir as contas do Município, e, voltamos à grande questão, que tem a ver com a realização. De facto, realizaram-se 60% daquilo que estava orçamentado. Mas vamos ver porquê:

Nós temos que cumprir as leis que temos no País, e está previsto que para que se possa beneficiar dos apoios do QREN, que todas as despesas estejam orçamentadas e naturalmente previstas as receitas. Só poderá ser utilizado o QREN, e isto está na lei, se estiver previsto no orçamento. E foi nestas condições, porque somos todos pessoas de bem e acreditamos que o Governo central também cumpre aquilo que lhe cabe, que o Município, de boa-fé, entendeu que em 2008 estaria à sua disposição as verbas do QREN. O QREN como sabem tem um período temporal, que teve início em 2007 até 2013, estamos a falar de 2008 e a execução possível do QREN foi zero. Não foi possível fazer qualquer aplicação com apoio do QREN. É esta a razão pela qual o Município não pôde executar os 100% que estavam orçamentados, mas teve que ter verba prevista no orçamento.

Vamos apenas referir alguns indicadores, recordar, que as transferências do Orçamento do Estado desceram de 27% para 23% (senhores deputados os números que eu estou a referir são retirados dos documentos que estão à vossa disposição), as receitas próprias de base local em 2007 foram trinta e sete milhões de euros, em 2008 de quarenta e dois milhões de euros, portanto cresceu, as receitas totais excluindo empréstimos, cresceram de sessenta e um milhões de euros em 2007 para sessenta e seis milhões de euros em 2008, já foi referido que a derrama decresceu 13%, pelas razões conhecidas por todos, e também por uma imposição legal, por alteração da fórmula de cálculo. Das receitas correntes foram aplicados em despesas de capital sete milhões de euros, da despesa corrente foi inferior ao orçamentado em 39%, as despesas de pessoal também já foram referidas que tiveram um crescente marginal de 2%, manteve a estrutura de pessoal, as aquisições de serviços também já foi referido e sublinho, que foi também por uma iniciativa do Governo que transferiu competências para as autarquias sem a correspondente componente financeira, cá está, uma iniciativa do Governo, impor mas não dar a sua correspondente financeira, relativamente aos juros baixaram 12%, quando falamos do peso dos juros nas despesas correntes estamos a falar de 6% e quando falamos



do peso dos juros nas despesas totais estamos a falar de 4%. E sobre este número, de 4%, eu recordava que todos nós fazemos os empréstimos que necessitamos, as empresas fazem os empréstimos que necessitam para fazer antecipação de investimentos, estamos a falar de 4%, é essa a questão política que se põe. Vale ou não a pena gastar 4 % em juros, para antecipar e para fazer alguns investimentos que estejam à disposição dos munícipes? É essa a questão! É exagerado? Não é seguramente.

Se nós virmos que por exemplo, em termos de passivo exigível ao longo dos anos por habitante, Leiria não aparece nos cinquenta primeiros, se analisarmos por exemplo o peso das receitas provenientes de impostos, em 2007 representou 52%, se referirmos que Leiria está na posição vigésima quinta relativamente a 2007, quando fazemos comparação os impostos directos mais impostos indirectos e taxas sobre as receitas correntes, as receitas de capital e reposições, em 2007 eram 52%. Sublinhava também que o capital em dívida a médio e longo prazo da autarquia é de sessenta e seis milhões de euros, os passivos financeiros diminuíram em milhão duzentos e noventa e quatro mil euros, são 16% das despesas de capital e 6% das despesas totais. O investimento pago por habitante no ano de 2007 foi de cinquenta e dois euros e sessenta cêntimos, e em 2008 foi de cento e sessenta e dois euros e oitenta cêntimos, o investimento pago por quilómetro quadrado do território em 2007 foi de onze mil trezentos e sessenta e cinco euros, em 2008 trinta e cinco mil cento e dez euros. O prazo médio de pagamento é de sessenta quatro dias contra os duzentos e oitenta e quatro do ano passado.

De referir, que isto tem a ver com o programa Pagar a Tempo e Horas, é um facto, é uma medida do Governo, mas para poder aceder a esta medida era preciso ter condições financeiras para poder contratualizar, e a Câmara e o Município de Leiria tinha essas condições, contratualizou e está a manter e a cumprir aquilo que está no contrato. Eram apenas algumas notas que referia relativamente às contas de 2008. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.



Mais uma vez, o Partido Socialista veio aqui como profeta da desgraça. Voltamos a assistir ao discurso que, realmente estamos a viver uma situação altamente preocupante, porque o Município de Leiria está pelas ruas da amargura. É este o discurso da “desgraçadinha” que o Partido Socialista nos vem sempre habituando a trazer aqui a esta Assembleia.

Na última Assembleia, com a muleta de um relatório politicamente engajado da Inspeção-geral de Finanças, vieram aqui então trazer claramente um relatório já desajustado no tempo, e veio aqui à liça digamos assim, todo um conjunto ideias que realmente solidificavam essa profecia da desgraça. Eu relembro aqui algumas palavras que foram ditas “...a profunda perplexidade dada a gravidade da situação exposta; a indignação que levantou; o traço geral de profundíssima crise da autarquia; o estado crítico; o desconforto pessoal que isso trazia; a conjuntura ruinosa que abala a imagem competitiva do Concelho de Leiria e a credibilidade das instituições democráticas locais; o bom-nome de Leiria e da Câmara está em jogo...”, isto são palavras que foram aqui ditas “ a aguda constatação da incapacidade de gestão revelada por quem tem dirigido o governo autárquico...” enfim, e muitas outras para que depois, qual cereja em cima do bolo, o deputado José Manuel Silva, que hoje não está aqui, acabar por confessar que o relatório da IGF contém um juízo político sobre a orientação do Município.

Portanto, nada disto é novo, isto é recorrente, isto é mais do mesmo com que nos brindam aqui. Mas, à parte das politiquices, da instrumentalidade que nós verificámos, existe ainda neste País quem faça trabalho sério de pesquisa e de confronto com um conjunto de indicadores que são globalmente reconhecidos como válidos. É por isso que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, tem recorrido a um conjunto de pessoas devidamente credenciadas para anualmente, desde 2005, proceder a uma análise geral das contas de todos os municípios de Portugal. E o Município de Leiria naturalmente também foi sujeito a essa avaliação, por dados que são fornecidos pelo próprio Tribunal de Contas à Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Portanto, não são os Municípios que fornecem as contas mas é o próprio Tribunal de Contas que fornece essas contas. E nesse estudo, nesse anuário, que foi recentemente publicado, neste caso concreto sobre 2007, há um conjunto de indicadores que são seleccionados para definir um ranking global acerca destas matérias. Desde a dívida de terceiros por habitante à questão da liquidez, ao endividamento líquido por habitante, ao resultado líquido por habitante nos últimos



anos, ao peso das despesas com pessoal nas despesas totais, à arrecadação de impostos e taxas por habitante, a diminuição dos passivos financeiros, o grau de execução da receita nos dois últimos anos, os investimentos incluindo as transferências de capital por habitante nos dois últimos anos, e, para terminar, o grau de cumprimento do POCAL. Isto são os indicadores que este estudo acaba por colocar em cima da mesa e analisar e cruzar esta informação sobre os trezentos e oito Municípios que existem em Portugal. E portanto, apenas só porque, conforme se diz no próprio estudo, estamos em 2009, ano eleitoral, é que o ranking não aparece por ordem de grandeza e aparece por ordem alfabética. Mas, dado que, sob o ponto de vista destes indicadores é atribuída uma determinada pontuação, e pegando nessa pontuação nós conseguimos visualizar claramente em que ponto é que se encontrava em final de 2007, ou seja, já depois do dito relatório da Inspeção-geral de Finanças que aqui foi apresentado como sendo o caos, portanto o Município de Leiria aparecia, nesse ranking global dos cinquenta melhores Municípios em termos de eficiência financeira, em décimo lugar. Isto portanto contrapondo esta política do caos, esta muleta permanente de comiseração, os números que são analisados com algum distanciamento por que tem critérios científicos para o fazer, determinam exactamente a posição do Município de Leiria nessa situação. E eu realmente estranho que, da parte do Partido Socialista, não venha aqui realmente uma congratulação por esses números que são apresentados.

Por outro lado, também gostava de dizer, que a questão do QREN representa mais uma vez um exemplar acabado do imobilismo que o Partido Socialista nos tem brindado neste Governo e que este imobilismo tem impedido, de uma forma geral, os Municípios portugueses e o Município de Leiria em particular, em concretizar ainda mais a sua capacidade reformista e de realização que tem tido ao longo dos anos.

Portanto, meus amigos, é tempo de acabar com esta ladainha miserabilista, e percebermos efectivamente que, depois de assentada essa poeira que permanentemente anda no ar e ancorando-nos apenas em critérios estritamente científicos, realmente nós em Leiria estamos a ser geridos com credibilidade e com um sentido de futuro. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado António Sequeira.



## **DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)**

António Sequeira, PS.

Eu receio que esta minha intervenção seja um pouco menos organizada do que a outra, porque não está escrita, e portanto surge em função daquilo que foi dito nas últimas intervenções.

Uma correcção ao senhor deputado Poço, que não ouviu bem o que disse a senhora Presidente, e disse que as transferências do Estado tinham diminuído 27%, o que é falso, as transferências do Estado aumentaram 4%, elas diminuíram foi no peso das receitas, passaram a contar 23% e não 27%. Desculpe, o senhor disse que as transferências do Estado tinham diminuído de 27 para 24, não é verdade, as transferências do Estado aumentaram 4% (quinhentos e noventa e nove mil setecentos e vinte nove vírgula sessenta e cinco euros) a mais nas participações do Estado em 2008 do que em 2007. Portanto, um esclarecimento completamente científico e matemático e não com outro carácter de qualquer subjectividade.

Em relação ao assunto de há pouco, da pergunta que eu fiz à senhora Presidente e da resposta que fez o favor de me dar, é precisamente verdade aquilo que me diz, só que o que é grave é outra coisa que está no meio disto e que a senhora não tem culpa nenhuma. Efectivamente aquilo que eu disse há pouco, daquele facto patrimonial permutativo, de grande relevância segundo o autor do relatório de gestão, é efectivamente de grande relevância, e de grande relevância não por ele ter desaparecido de alguma maneira do activo, porque não desapareceu, ele continuou no activo, só o problema é a transmutação dos cinquenta e quatro milhões de euros que estavam escriturados no activo como empréstimos concedidos, e agora estão escriturados como participações sociais. E há aqui uma coisa muito importante que lamentavelmente vem pôr em causa e muito este documento a que acabou de ser feita referência pelo senhor deputado João Cunha. É que ao estarem contabilizados em empréstimos concedidos, eram uma das parcelas que compunham o cálculo do rácio de liquidez (o rácio de liquidez é um rácio que pretende medir a capacidade de uma empresa de solver as suas dívidas dentro de um prazo estabelecido) e para isso claramente o que é que é comparado? É comparado do lado das receitas o período previsto para essas receitas serem realizadas, imediatamente se for um depósito bancário, a um prazo curto se for um empréstimo, e do outro lado aparecem as dívidas que têm que ser pagas num prazo semelhante a esse. A comparação entre uma e outra dá o rácio de liquidez. Se uma empresa tiver em caixa ou em algo



parecido com caixa, uma importância semelhante àquela que deve e que tem que pagar a curto prazo, diz-se que tem uma liquidez de 100% (e não pensem que é uma coisa excepcional, numa banco uma liquidez de 100% é considerado fraco).

Acontece que, os serviços da Câmara, não sei porque razão, e essas quatro pessoas que são com certeza competentíssimas e fizeram um trabalho interessantíssimo, foram contar cinquenta e quatro milhões de euros lançados em empréstimos que eram empréstimos à Leirisport como sendo disponibilidades. E assim, aparece Leiria em terceiro lugar, num ranking onde infelizmente não pode estar nem coisa que se pareça. E se não vejam como eu devo ter razão, porque nestas coisas eu tenho muito receio de estar falar e não ter razão, mas devo ter, e sabem porque é que eu devo ter? O rácio de liquidez calculado por estas pessoas é calculado em numerário e está certo, dá quarenta e seis milhões e tal em numerário. O rácio de liquidez (estou a falar de liquidez geral pois há vários tipos de liquidez, liquidez imediata, liquidez geral, etc.) feito no relatório de gestão da Câmara é feito em percentagem, o que está igualmente correcto. Se for 100% está taco a taco, digamos assim, se for menos de 100% é negativa, se for mais de 100% é positiva. E então o quadro da página cinquenta e dois, que eu gostaria que vissem, do relatório de gestão deste ano, apresenta um rácio de liquidez em 2005 da Câmara de Leiria de trezentos e trinta e cinco, em 2006 duzentos e setenta e oito, em 2007 trezentos e sete e em 2008 sessenta e três, porquê? Porque saíram, cinquenta e dois milhões que nunca deveriam ter sido contados para liquidez, e a prova é que continuam no activo, não há dúvida nenhuma que estão no activo, não está em causa a solvabilidade da Câmara, que é uma coisa completamente diferente, mas está em causa a liquidez ou seja, aquilo é um património da Câmara, é um activo da Câmara, não é um activo disponível. Não se pode contar com aquele dinheiro para pagar as dívidas, as dívidas pelo menos a curto prazo como é lógico. Daí, estas pessoas terem sido induzidas em erro. O que é que eu quero provar com isto? É que aquele dinheiro foi contado como disponibilidade. Isto é muito importante, mas esqueçamos 2008, estamos a falar de 2007. Eu só vou chamar à colação 2008 para provar que aquele dinheiro quando saiu para o sítio para onde devia deixou de contar para a liquidez, que é sinal que estava a contar para a liquidez. E a prova disso está aqui, no tal malfadado e insultado relatório da IGF, ali pelo senhor deputado Cunha, tem precisamente os rácios de liquidez calculados de 2004, 2005 e 2006, porque só se referia a estes anos como sabem, e eu vou comparar com o relatório de gestão da Câmara do ano passado,



que trazia 2004, o deste ano só traz a partir de 2005 e veja, o mesmo nome liquidez geral, ano de 2004 – relatório da Câmara 458%, relatório do IGF 48%; 2005 335% - 37%; 2006 278% - 31%. Portanto, qualquer coisa está mal aqui, alguém está aqui a fazer mal os rácios. E a pior coisa que há nos rácios é defini-los mal. Aliás, eu gostava de saber como é que se pode compaginar a classificação de Leiria em terceiro lugar como liquidez, quando se dizia no IGF “ *constata-se assim que os indicadores de liquidez representam resultados bem distantes dos parâmetros normalmente apontados como referência de uma situação de equilíbrio financeiro, tendo inclusivamente piorado ao longo do triénio*”, claro quer isto se refere a 2006, mas em 2006 a Câmara dizia que nós tínhamos 278,35 que é uma maravilha, ou seja, tínhamos 2,78 vezes mais dinheiro do que aquele que precisávamos para liquidar as dívidas a curto prazo. Portanto há aqui efectivamente um erro de cálculo do rácio, o que é extremamente importante. E depois o problema é que tudo isso vem pôr em causa muitas das coisas que disseram em relação a isso. Eu tive o cuidado de ler estas duzentas e quarenta páginas que aqui estão, que alguém teve a amabilidade de me oferecer, e dir-lhe-ia o seguinte em relação a isso:

Os Municípios conforme viram estão divididos em três partes. Os Municípios de grande dimensão que são vinte e três e dos quais Leiria faz parte, e que tem a ver única e simplesmente com a população do Concelho. Por exemplo, Leiria é um dos vinte e três maiores, Aveiro não é, Seixal é, Maia é, portanto só tem a ver com a população, portanto há vinte e três de grande dimensão. Em relação aos Municípios que apresentam maior independência financeira, Leiria está colocada em trigésimo oitavo lugar, com 64%. Só que, está efectivamente em décimo quarto lugar das vinte e três maiores, não é mau de facto. No quadro dos Municípios com receitas liquidadas e receitas previstas, a relação entre receitas liquidadas e receitas previstas Leiria não está nas trinta e cinco maiores nem está nas trinta e cinco piores efectivamente, só que, está muito perto de entrar para os Municípios com menor rácio de receitas liquidadas/receitas previstas, porque tem 57% e o Cartaxo que está em trigésimo quinto tem cerca de 50%. Os Municípios com maior passivo exigível Leiria está em décimo segundo lugar, que não é famoso, pelas razões que sabemos e que acontecem, não vale a pena falarmos nisso; Municípios com maior liquidez Leiria em terceiro lugar, um erro manifesto, como é que se podia compaginar, aliás, isso até era mau para a própria Câmara, que se estava em terceiro lugar em termos de liquidez, que se tinha uma liquidez positiva de 41,8 milhões de euros, 2007, e nesta



altura estava-se a pagar aos fornecedores a duzentos e oitenta e três dias (era caso para virem aí para a porta da Câmara). Digo-lhe eu que, baseado nas contas da Câmara, se as contas fossem bem-feitas, Leiria teria uma liquidez negativa de cinco mil setecentos e cinquenta e quatro euros, e portanto em percentagem o rácio de liquidez seria 60,48 e não os mais de trezentos referidos no relatório. Portanto apareceria nos Municípios com liquidez negativa e não em terceiro lugar por liquidez positiva. Leiria aparece em décimo lugar no grupo de Municípios com maior índice de dívida líquida, o que também não é muito agradável, e depois, acabaria com isto, o ranking global dos cinquenta melhores Municípios em termos de eficiência financeira, conforme foi dito e bem ali pelo senhor deputado, foram colocados por ordem alfabética, pela bizarra razão de dizerem que é um ano de eleições, valia mais termos seriado, não se sabe se Leiria é a primeira se é a quinquagésima, não interessa, a verdade e o problema é que esta colocação de Leiria aqui neste sítio, depende fortemente do seu rácio de liquidez que foi mal calculado, porque o rácio de liquidez é um dos rácios que tem um peso muito importante para este cálculo, tem um peso de dois que é um peso muito importante. O grau de cumprimento do POCAL na qual Leiria não aparece nas cento e tal melhores Câmaras, também tem um peso importante neste cálculo. Eu suspeito que efectivamente este ranking global dos cinquenta melhores Municípios em termos de eficiência financeira estará efectivamente "falsificado" por aquele erro de ter considerado aquela liquidez. Portanto talvez este anuário financeiro não seja tão simpático conforme se disse, aliás eu estou em crer que a senhora Presidente se terá apercebido de que este cálculo da liquidez não seria o correcto. Houve um jornal que publicou aqui em grandes letras "*Leiria entre os Municípios com maior liquidez*", e depois a senhora Presidente é ouvida e ela não refere o assunto liquidez e fala sim que, está longe da catástrofe, etc., e põe em evidência realmente outros itens que não esta belíssima classificação da liquidez.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho e a seguir falará a senhora Presidente. Faça favor!

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.



Eu não era para intervir neste ponto mas a intervenção agora do senhor deputado Sequeira obriga-me a colocar aqui uma questão. Isto porque, em relação à sua competência e da análise que eu faço, presumo que tenha lido a minha intervenção na pretérita Assembleia. No entanto, fiquei baralhado, estranhei porque acho que houve alguma confusão de alguns conceitos e eu gostava de clarificar, ou que me ajudasse a interpretar parte da sua intervenção.

Em primeiro lugar, aqui uma blague que tem a ver com o seguinte:

Referiu a questão da liquidez dos bancos, que tem que ser sempre maior que 100%, e é normal que assim seja porque a liquidez dos bancos conta com o armazém coisa que as empresas não, eles têm a caixa e o armazém não conta para liquidez, os bancos têm o armazém portanto, mal seria que assim não fosse, mas o que eu quero dizer com isto é que aquilo que os bancos vendem que é dinheiro, obviamente que é o produto que têm, enquanto as outras empresas não o podem fazer. Eu estou a falar em termos da liquidez, da caixa, quando o senhor referiu caixa estamos a falar claramente a mesma coisa, porque parte da caixa das empresas está transformada em bens, em existências que têm que ser vendidas, coisa que não acontece nos bancos a não ser naquilo que tem a ver com o seu património, etc.

Agora a minha dúvida claramente é esta, é se a sua intervenção em relação a esta transformação que é feita pela Câmara Municipal, é uma crítica ou um elogio. Fiquei na dúvida. Em relação à sua questão referente aos relatórios, eu percebo claramente o que está a perguntar, agora em relação à medida de *per si*, não percebi se está a criticar se está a elogiar ou seja, a Câmara Municipal tem uma empresa da qual é accionista única, a quem tinha concedido um conjunto de empréstimos por razões que todos nós conhecemos, e que resolveu transformar esses empréstimos numa participação nessa empresa. Porquê? Por via da incapacidade que havia da empresa de fazer face a essa situação. Portanto, estamos aqui a falar em dois patamares completamente diferentes, não tem discussão possível, embora sejam tempos na minha opinião diferentes, do momento em que é tomada esta decisão e os tais relatórios que são feitos, é por isso que esses relatórios dos grandes técnicos sempre me fizeram imensa confusão, mas pronto, eu lembro-me antigamente, havia quem dissesse que tinha três contabilidades, tinha a contabilidade para as Finanças, tinha a contabilidade para saber como é que estava a empresa e tinha a contabilidade para os bancos. Estes relatórios se calhar também são feitos desta forma, para que as coisas funcionem assim, eu não acredito que isto seja feito com essa intenção.



Agora, nesta medida concreta, em relação às contas da Câmara senhor deputado António Sequeira, acho que seguramente o senhor não está contra esta medida da transformação, deste suposto empréstimo em capital, acho que é uma medida de elogiar, porque é uma medida a favor da transparência das contas da Câmara. Acho que isso era inequívoco. Era apenas isto!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Pode esclarecer senhor deputado Sequeira, mas breve!

***DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)***

António Sequeira, PS.

Queria começar por esclarecer que a pergunta que eu fiz à senhora Presidente não tinha nenhuma rasteira nem nenhuma espécie de ironia, eu não sabia mesmo o que é que se tinha passado. E não trazia aqui nenhuma reserva mental em relação àquela operação que me parece correcta.

Eu só quis ir buscar aquilo para provar que o cálculo da liquidez tinha sido mal feito, e a prova, porque não se estava a perceber os tempos de 2007 e 2008, de que aquilo estava a contar para a liquidez é que a liquidez em 2008 cai abruptamente, de trezentos para sessenta, quando aquela verba sai de um sítio onde estava a ser mal calculada para o caso de um ranking. Agora não fiz nenhum juízo de valor em relação àquela medida, que ainda por cima me parece correcta.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Já agora o senhor deputado João Cunha e depois então a senhora Presidente.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Porque naturalmente estas coisas merecem também uma referência, é só para sublinhar que a questão da liquidez que estamos aqui a falar, dentro dos pontos que estão em análise neste dito relatório anuário efectivamente vale dois porque no global são quinze pontos, portanto em quinze pontos a liquidez vale dois pontos, e a questão da liquidez poderíamos depois analisá-la em relação depois à gestão do global do património da Leirisport, etc., e o peso disso em termos de contas. Mas para já era só isso que eu queria dizer e também que este trabalho que foi feito é



com base em documentos fornecidos pelo Tribunal de Contas e que portanto não há aqui perversão de indicadores, a questão neste caso concreto visou analisar a conformidade das contas dos Municípios de acordo com as normas do POCAL e o seu cumprimento em relação a estas matérias.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Câmara.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente, eu agora agradecia ter algum tempo e alguma condescendência.

Eu começava exactamente por estas questões técnicas que aqui foram trazidas e que eu tal como o senhor deputado Sequeira, não fazia qualquer tipo de intenção de falar sobre o relatório que foi apresentado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, mas só para dizer o seguinte:

Primeiro, o esclarecimento relativamente à operação contabilística efectuada que eu acho que foi uma operação correcta. Mesmo admitindo que esse indicador é um indicador que vamos retirá-lo, ou que não tem valorização ou que tem uma valorização seja de que maneira for, eu não tenho qualquer margem para dúvidas, como disse agora o deputado João Cunha na última intervenção, que mesmo que esse indicador seja um indicador incorrecto, não sei se o senhor deputado Sequeira descobriu mais algum indicador incorrecto, eu sinceramente, da análise que fiz e da apresentação a que assisti feita pelos autores do documento, não me apercebi que houvesse qualquer outro indicador que pudesse distorcer o resultado. Mesmo que assim seja, eu não tenho qualquer dúvida, é uma questão de fazer o ensaio do ponto de vista de contas, que continuaremos nos cinquenta melhores Municípios. Não tenho qualquer dúvida! Poderá não estar no décimo segundo, o senhor diz no décimo segundo porquê, e o deputado João Cunha já há pouco explicou, é mesmo o décimo segundo. O ano passado, quando as contas de 2006 foram analisadas pelos mesmos técnicos, nós estávamos em vigésimo segundo, este a no resolveram fazer por ordem alfabética tendo em conta a sensibilidade do ano eleitoral, no entanto é fácil de qualquer Município ir aplicar aos indicadores o peso que têm para depois ter uma determinada classificação. E a verdade é que nós passaremos para o décimo segundo. Mesmo admitindo que não é décimo segundo e que a liquidez tem aqui alguma influência, eu não tenho qualquer dúvida e fizemos esse ensaio, que



estaremos nos cinquenta melhores. Eu disse isso na reunião de Câmara e digo, se estamos muito bem? Não estamos! Agora em termos relativos e em termos comparativos com os trezentos e oito Municípios do País, eu considero que estamos muito bem. E portanto, esta é a realidade mesmo admitindo que com a correcção contabilística que foi efectuada de uma forma, conforme já foi considerado por todos julgo eu, como correcta, este acerto, que não dará o décimo segundo, poderá dar o trigésimo, seja o que for, é efectivamente gratificante. Pode haver várias leituras, o senhor deputado Sequeira fez uma leitura de que no passivo exigível nós não estamos nas melhores posições, não estamos, mas eu acho que não é correcto e estou a dizer isto como o senhor sabe com toda a sinceridade, nós compararmos o passivo exigível em valor absoluto. Não faz sentido! Devemos compará-lo por habitante, porque de contrário, Lisboa, ou Sintra, ou Amadora, têm sempre o maior passivo exigível: não é uma comparação séria, comparar o valor absoluto. É sério e por isso mesmo é que é por habitante, que entra nos tais dez indicadores finais para avaliação do ranking. É evidente que nós podemos aqui seleccionar dois ou três indicadores em que não estamos melhores. É o vosso papel, é o papel político não há dúvida, mas eu também posso encontrar aqui uns cinco, ou dez, ou vinte, que estamos bem, é o meu papel. O que eu acho é que há aqui um papel que é o papel final, que é o tal ranking final com base nestes indicadores. E mesmo admitindo, volto a dizer, que a questão da liquidez com a correcção contabilística passe a ter menos peso, do ponto de vista de avaliação, e o senhor diz e muito bem que eu nunca falei na liquidez, nunca falei, porque efectivamente não me pareceu que fosse uma análise correcta, não é séria, tendo em conta o indicador. Agora, se não for o décimo segundo e for décimo quarto ou décimo quinto ou vigésimo, é saudável e é bom.

Uma nota também importante em relação ao que o senhor deputado Sequeira disse, que é a questão do cumprimento do POCAL.

Os senhores que fizeram o estudo foram buscar os documentos ao Tribunal de Contas, têm aqui em duas páginas página imediatamente anteriores ao ranking e aos indicadores e que diz assim " *o facto de alguns Municípios apresentarem um índice de cumprimento do POCAL bastante reduzido pode distorcer alguns dos indicadores. Por exemplo, ao serem registadas as amortizações dos exercícios pode induzir a apresentação de resultados económicos mais elevados que os reais...*", mas depois acrescenta " *no entanto, depois de obtido o ranking dos cinquenta melhores*



*Municípios em termos de gestão financeira, verificou-se que nenhum dessa lista apresenta incumprimentos do POCAL relevantes para os indicadores seleccionados."*

Portanto, não vale a pena estarmos a dizer que o POCAL engana, eles próprios dizem que há Municípios em que o POCAL ainda está introduzido de uma forma insuficiente, mas nestes cinquenta melhores, para não estar aqui a dizer que efectivamente estávamos aqui com o indicadores enviesados, a verdade é que não há incumprimentos, e isso leva-nos a crer que efectivamente a análise que é feita com base nas contas fornecidas pelo Tribunal de Contas, são análises sérias e correctas. Eu considero que é muito positivo, acho que não é motivo para aplaudirmos porque não estamos contentes, porque queremos sempre melhor, mas tendo em conta as dificuldades financeiras e que efectivamente todo o País vive, os Municípios não são excepção, que é muito positivo estarmos nesta situação. E eu não tenho dúvida nenhuma que face aos indicadores que neste momento nós já conseguimos extrapolar para aqui de 2008, 2009 ainda será melhor. Não tenho dúvida!

Portanto, aquilo que já conseguimos ter de indicadores de 2008, com as contas agora apresentadas, se nós pegarmos naqueles indicadores todos e os começarmos aqui a aplicar apenas como exercício, porque em 2010 com certeza que os senhores irão fazer novo estudo, mas estaremos ainda melhor, o que é realmente gratificante e eu fico satisfeita que assim seja e acho que devemos ficar todos, excepto na liquidez, mas eu já estou a pôr a liquidez de fora, é apenas um indicador, porque há neste ranking global e nesta selecção de indicadores, há aqui um indicador também que tem o grau de cumprimento das receitas. Eu por exemplo lembro-me perfeitamente que o ano passado nesta mesma discussão, o senhor deputado Sequeira, não na introdução inicial mas numa resposta que deu, que por exemplo o Porto era uma nação e o Porto conseguiu realizar não sei quantos por cento, estamos a falar das contas de 2007. A verdade é que o Porto, não aparece nos melhores Municípios do ranking, provavelmente teve um bom indicador, uma boa avaliação, um bom peso na realização das receitas, mas depois não teve nos outros, portanto estamos aqui a fazer comparações, é isso que o estudo faz, são comparações.

E portanto o que nós podemos concluir com isto, é que se calhar os Municípios estão com dificuldades de uma maneira geral, os trezentos e oito Municípios do País, não há excepções, e há aqui aplicações da Lei das Finanças Locais que ainda vêm complicar mais a própria gestão dos Municípios, como é hoje reconhecido pelo autor da Lei das Finanças Locais. Todos nós já ouvimos o senhor Presidente da Câmara de



Lisboa, com quem eu, enquanto vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, tive grandes debates duríssimos, com questões que não fazem sentido nenhum que estejam na Lei das Finanças Locais, e que ele na altura achava que não, e que são questões concretas e objectivas que ele já apareceu a público variadíssimas vezes, a levantar como sendo questões complicadíssimas para a gestão autárquica. Isto não há nada como viver os problemas para considerar a sua importância. Eu lembro-me que uma das coisas que mais debatemos era a questão dos 2/3 de votos na Assembleia Municipal para aprovar empréstimos. E ele não abdicou de manter aquilo. Como nós já vimos, já o prejudicou grandemente na gestão da Câmara de Lisboa. Isto é apenas um exemplo.

Portanto, a Lei das Finanças Locais não veio facilitar nada a gestão dos Municípios e sobretudo a gestão financeira.

Relativamente às questões mais políticas que aqui foram trazidas.

Em relação à questão da orçamentação, fico incomodada e já estou habituada, quando ouço observações de que não há seriedade na apresentação do orçamento.

Quando foi apresentado o orçamento para 2008, foi explicado aqui nesta Assembleia e está em acta, que o orçamento estava empolado por uma razão objectiva que tinha a ver com o QREN. Isso foi dito por mim, assumido à partida. E porquê?

Quando nós fazemos uma candidatura ao QREN, um dos documentos que tem que ir para fundamentação da candidatura, é se a verba está prevista e se a respectiva obra está prevista para o ano em curso: se isso não acontecer a candidatura não é aprovada. E nós, numa atitude de cautela, pensando que 2008 ia ser um ano de funcionamento pleno do QREN, conforme era previsível, fizemos exactamente isso. O que é que acontece? Passou-se o ano de 2008 e o QREN não entrou em funcionamento, e como não entra em funcionamento houve variadíssimas obras, sendo que a maior parte delas foram enunciadas pelo senhor deputado José Augusto Esteves, a grande maioria delas estavam previstas no âmbito quer da contratualização (como aliás é do conhecimento quer do senhor deputado quer de outros que são membros da Assembleia do Pinhal Litoral), obras muito significativas e cuja consequência prática não foi nenhuma em 2008 porque passou-se o ano inteiro de 2008 a negociar a contratualização com o Governo.

E eu volto a dizer que eu até podia vir para aqui fazer o tal meu papel, de que o Governo esteve a fazer isto de propósito para ter efeito prático no ano eleitoral. Mas digo-vos muito sinceramente que eu nem acredito nisso. Não acredito porque acho



que o emaranhado, a confusão do QREN, é tal que nem no ano eleitoral vai dar efeito nenhum. Portanto, não há nenhum Governo que estivesse com intenções de querer fazer “folclore eleitoral” com o QREN no ano de 2009, que neste momento ainda não tenha projectos aprovados. O emaranhado é tal, de um incómodo e de uma indignação para quem anda nisto que não tem explicação, o regulamento aplica-se ou não se aplica, a capacidade de resposta das CCDR's é completamente insuficiente, e portanto nós estamos com dois anos perdidos do QREN e vamos estar com o ano de 2009 praticamente. É só para desmistificar a questão da falta de seriedade. Não houve falta de seriedade, houve uma convicção plena de que o ano de 2008 ia ser já um ano de candidaturas e de efeito prático, de concursos na rua e de trabalho feito. E 90% dos projectos falados pelo deputado José Augusto Esteves estão previstos exactamente no QREN. Muitos têm a ver com a recuperação ou com a reabilitação ou com a recuperação/intervenção no Centro Histórico, que está no PALOR, tem a ver com as escolas, tem a ver com todas as estradas que referi e tem a ver com outras questões na área da reabilitação urbana e que não tem só exclusivamente a ver com o Centro Histórico.

Claro que as opções do PCP não seriam estas, dizia o deputado José Augusto Esteves. Pois com certeza que não, ninguém tem dúvidas, mas com certeza que os leirienses quando votaram sabiam bem que as opções e a estratégia não eram exactamente iguais e portanto fizeram as suas opções.

Volto a repetir que relativamente à aquisição de serviços (o senhor deputado Sequeira faz sempre as análises sérias que faz na parte inicial e depois faz o seu papel) o senhor deputado Sequeira disse e bem que a aquisição de serviços tem um peso grande porque realmente nas despesas com pessoal há um controlo muito grande. E isto faz todo o sentido do ponto de vista de gestão, ninguém diga o contrário, porque efectivamente fica mais barato ao contrário do que dizia o senhor deputado José Augusto Esteves, a aquisição de serviços (outsourcing) do que termos pessoas a prestar esse serviço, mas há um peso muito significativo com estas novas actividades que saem por aquisição de serviços, nomeadamente as actividades que têm a ver com o enriquecimento curricular, que têm um peso muito grande nas aquisições de serviços.

Mais duas notas finais.

As acções, a propósito da acção social. Como sabemos, uma das componentes de intervenção social já foi aqui discutidíssima, muito forte e com implicações



financeiras muito grandes nas autarquias, é a acção social escolar. É intervenção social e tem muito peso. Não saem na rubrica da acção social, saem da Educação. E portanto quando nós olhamos para acção social, o que aparece são os apoios às IPSS, são os apoios a famílias desfavorecidas através de IPSS, a recuperações de casas através de IPSS's, mas não esta componente que é muito importante na intervenção social e que tem a ver com a acção social escolar.

Outra nota também que eu queria dar tem a ver com as transferências para os SMAS, embora depois também se possa falar na análise das contas dos SMAS.

Foram as transferências suficientes, de acordo com a necessidade dos trabalhos que estavam a decorrer nos Serviços Municipalizados. Ou seja, nós não transferimos mais dinheiro porque efectivamente não foi necessário face ao ritmo de trabalhos e ao visto no Tribunal de Contas, que é outro problemas bloqueador e que é importante que se diga. Temos o senhor Presidente do Tribunal de Contas a dizer na televisão que é muito importante injectar dinheiro na economia, mas eles demoram no Tribunal de Contas três ou quatro meses para dar um visto a um projecto, como nunca aconteceu. Eu ainda cheguei a pensar se seria algum problema com a Câmara de Leiria, mas de norte a sul do País é assim. Não tem qualquer tipo de explicação, porque é que pedem documentos que nunca pediram, porque é que mandam um papel que nunca se devia ter mandado, e isto atrasa sobretudo obras dos SMAS. E porquê? Porque 90% das obras dos SMAS são por concurso público e têm que ir ao Tribunal de Contas e depois arrasta-se por um tempo infinito.

Como já foi aqui referido pelo deputado Carlos Poço, há uma diminuição, que aliás o senhor deputado António Sequeira não o referiu porque percebeu que era assim, há uma diminuição do passivo real, de um milhão duzentos e noventa e quatro mil euros, o que é também outro indicador claramente positivo.

Senhor Presidente, muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Eu penso que o assunto está discutido, ninguém mais pediu a palavra, portanto vamos pôr à votação o Relatório e Contas do Município de Leiria de 2008.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém?



**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, quinze votos contra e nove abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Leiria de 2008.**

**3. RELATÓRIO E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA DE 2008-** Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

Senhora Presidente deseja usar da palavra para esclarecimentos? Faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Umás notas muito rápidas senhor Presidente, dado o adiantado da hora, e respondo também a algumas observações anteriores.

No final do ano de 2008 a cobertura de saneamento básico no Concelho era de 63%, estão em execução mais obras que vão cobrir mais 14%, e temos mais 11% em concurso, dos tais concursos que estão no Tribunal de Contas. O que significa que, quando tivermos estas obras em execução prontas e as outras obras em concurso, passaremos a ter 88% que é muito próximo dos 90%, que é o número previsto no PEASAR para 2013, portanto, muito antes teremos o valor previsto no PEASAR.

Dizer que em 2008 o investimento nos SMAS cresceu 49% face ao realizado em 2007, apesar da não entrada em funcionamento do QREN, e aqui peço desculpa de dizer sempre o mesmo, mas se em relação às obras que são da responsabilidade directa da Câmara eu já disse o que tinha a dizer sobre o QREN, relativamente às obras da responsabilidade dos SMAS a situação é ainda mais lamentável, porque neste momento ainda não abriam concursos para as candidaturas na área da água e saneamento, o que é perfeitamente inadmissível, tanto mais que existem, sobretudo no programa operacional de valorização do território, verbas mais que suficientes para resolver o problema da cobertura de saneamento, para atingir os valores e os dados que acabei de referir. Portanto, o QREN, no caso de água e saneamento está completamente atrasado, as candidaturas não abriam, ninguém se consegue entender, e portanto o caos que eu referi há bocado aqui é agravado não sei quantas vezes.



Uma nota que eu considero muito importante e que devem ter visto no relatório dos SMAS, que foi a descida em 17% nos custos de energia relativamente a 2007. Isto foi devido à racionalização da utilização de energia decorrente da implementação e expansão da telegestão aos sistemas de abastecimento de água.

Os custos com pessoal tiveram também uma contenção muito grande, o efectivo mantém-se o mesmo e subiram apenas 3,4% e aqui sim, é a aplicação directa da actualização dos salários e da evolução das carreiras.

No entanto interessa dizer que vendo o saneamento por um lado e a água por outro, enquanto serviços prestados pelos SMAS, quer um quer outro são serviços deficitários, ou seja, não geram receitas directas que consigam pagar aquilo que custa à sua exploração. Tem a ver com custos sociais que são praticados e que naturalmente o Município suporta, tendo em conta que não se pode agravar de repente as tarifas e as taxas de maneira a cobrir aquilo que são os custos reais de exploração.

E dar a nota final de que, os SMAS têm um resultado positivo de cerca de oitocentos e noventa e dois mil euros grosso modo. Só mais uma observação, que se tem vindo a verificar nos últimos anos, que é a diminuição do consumo de água por cliente, há uma tendência das pessoas para poupar.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora Presidente.

Alguém pretende discutir este ponto?

Não havendo colocamos à votação.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor e dezoito abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do ano de 2008, dos Serviços Municipalizados de Leiria.**



**4. ENTRADAS LIVRES NO CASTELO E TORRE DE MENAGEM – RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DA CÂMARA MUNICIPAL - ISENÇÃO DE TAXA DE ENTRADA EM DIAS COMEMORATIVOS, RECTROACTIVA AO DIA 18 DE ABRIL (DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS) –**  
Apreciação, discussão e votação;

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Tem a palavra o senhor deputado Carlos André!

***DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)***

Carlos André, Partido Socialista.

Eu ficava de mal com a minha consciência profissional, se não viesse dizer que não podemos votar isto, porque não se pode abolir o preço de entrada com efeitos retroactivos. Podemos, se formos devolver o dinheiro às pessoas que já pagaram. Agora se as pessoas não pagaram, nós não vamos abolir com efeitos retroactivos, vamos ratificar uma decisão que já foi tomada. Nós concordamos com a medida, mas não me levem a mal, não ficava bem com a minha consciência, porque isto em português está errado. Nós não podemos abolir com efeitos retroactivos, a menos que vamos devolver o dinheiro às pessoas que pagaram. Se as pessoas foram dispensadas de pagar, foi tomada uma decisão e nós vamos ratificá-la o que faremos com imenso gosto. Mas não pode ser de outra forma!

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Eu interpretei-a assim, mas o senhor vereador vai dar uma explicação.

***VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)***

É isso mesmo que o senhor Presidente interpretou. Em anos anteriores vinha uma de cada vez e às vezes vinha atrasado e vinha para ratificar. Este ano quando os serviços propuseram, vêm os dias todos que são assinaláveis de uma só vez, não tendo vindo a tempo todas as decisões, ou seja, a Câmara autorizou que não se



pagasse só naquele dia, pelo que essa é para ratificar, e as outras são para autorizar em conjunto para o ano inteiro.

Se os senhores deputados estiverem de acordo nós podemos alterar o título para “Entradas Livres no Castelo e Torre de Menagem - Ratificação da decisão da Câmara Municipal - Isenção de Taxa de Entrada em Dias Comemorativos, retroactiva ao dia 18 de Abril (Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” e é assim que ficará em acta, se todos estiverem de acordo.

Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea h), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera por unanimidade ratificar a decisão da Câmara Municipal de isenção de taxa de entrada no Castelo e na Torre de Menagem com efeitos retroactivos ao dia 18 de Abril (Dia Internacional dos Monumentos e Sítios). Mais delibera, aprovar a proposta de isenção de taxa de entrada durante o corrente ano no Castelo e Torre de Menagem, em dias comemorativos.**

**5. ACTUALIZAÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (TUSPAR) PARA O ANO DE 2009 – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente faça favor!

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente, eu há pouco já falei nisto, é uma das propostas da tal intervenção social perante a crise, é não fazer actualização. Aliás, devo dizer que este assunto veio aqui em Dezembro, o senhor deputado do PCP propôs que se criasse uma taxa especial para as famílias com dificuldades e nós retirámos a nossa proposta, e perante o agravamento da crise entendemos que este ano não faz sentido fazer actualização, independentemente de depois se vir a criar o tal escalão especial.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Se ninguém quer intervir, vamos pôr à votação.

Quem vota contra?



Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea h), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera por unanimidade aprovar a proposta.**

**6. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2009 – REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO - Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente faça favor.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente também é uma explicação rápida.

Este Mapa de Pessoal que é feito de acordo com a nova legislação é uma coisa muito complicada de fazer como já perceberam, e portanto tem vindo a ser sucessivamente alterado com correcções pontuais.

O que agora se passa com estas correcções e que estão aí explicadas na deliberação deram origem no total a uma diminuição de seis postos de trabalho face àquilo que tinha vindo cá anteriormente.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Se ninguém quer intervir pomos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea n) do n.º 2 do artigo 53º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera por unanimidade aprovar a redução de postos de trabalho nos termos constantes da proposta.**

**7. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;**

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a delegação de competências em Juntas de Freguesia nos termos constantes da proposta.

**8. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CATARINA DA SERRA COM O OBJECTO «BENEFICIAÇÃO DO JARDIM-DE-INFÂNCIA DA LOUREIRA». ALTERAÇÃO DO VALOR PROTOCOLADO – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Alguma dúvida? Não há! Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao valor do objecto de protocolo de delegação de competências «Beneficiação do Jardim-de-Infância da Loureira», com a Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra**

**9. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BOA VISTA. ALTERAÇÃO DO OBJECTO – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências com a Junta de Freguesia da Boa Vista.**

**10. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS. ALTERAÇÃO DO OBJECTO – Apreciação, discussão e votação;**



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Também não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Colmeias.**

**11. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA. ALTERAÇÃO DO OBJECTO -  
Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Santa Eufémia.**

**12. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA PARA O MERCADO MUNICIPAL DA MACEIRA.  
RECTIFICAÇÃO - Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a rectificação ao protocolo de delegação de competências (Mercado Municipal da Maceira) com a Junta de Freguesia de Maceira.**

**13. PROJECTO DE REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL - Apreciação, discussão e votação;**



***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja esclarecer sobre este ponto?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Penso que está claro na explicação, trata-se de um Conselho Municipal que foi criado por legislação governativa e portanto nós temos que criar um regulamento para o seu funcionamento.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade aprovar o presente projecto de Regulamento.

**14. CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O CENTRO SOCIAL BAPTISTA DE LEIRIA –  
Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Senhora Presidente deseja esclarecer sobre este ponto?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)***

Senhor Presidente, eu dava a palavra à senhora vereadora Neusa Magalhães.

***NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)***

Trata-se da constituição de um direito de superfície entre o Município de Leiria e o Centro Social Baptista, de dois lotes, situados no loteamento da Quinta do Taborda, e que se destina à instalação de um Lar de 3ª Idade e de um equipamento de apoio à infância. É um direito de superfície por setenta e cinco anos, na deliberação estão os valores que foram atribuídos a esses dois lotes, e fica o Centro Social Baptista



obrigado a iniciar a construção nos próximos sete anos, a contar da data de outorga da escritura.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Alguém precisa de mais esclarecimentos?

Faça favor senhor deputado

***DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (PCP)***

José Augusto Esteves, PCP.

É só em relação ao valor atribuído. O que aqui está não se percebe, o total não é a soma das parcelas, diz assim "...ao direito de superfície é atribuído o valor de duzentos e onze mil oitocentos e trinta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos e depois diz-se que em relação ao lote um é de trezentos e setenta e três, ao lote dois é de quatrocentos e setenta e quatro, há aqui qualquer coisa que não compreendo. Está mal? É o somatório que está mal? Pronto.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Fica feita a rectificação e fica registado em acta.

Mais esclarecimentos? Não há, vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade autorizar nos termos propostos, a celebração do contrato de constituição do direito de superfície entre o Município de Leiria e o Centro Social Baptista de Leiria sobre o Lote um, prédio urbano composto por parcela de terreno para construção, sito em Guimarães, Freguesia e Concelho de Leiria, com a área de dois mil setecentos e vinte e sete metros quadrados, a confrontar do norte e do poente com Congregação Franciscana e Outros, do sul com Lote dois, e do nascente com caminho pedonal, e sobre o Lote dois, prédio urbano composto por parcela de terreno para construção, sito em Guimarães, Freguesia e Concelho de Leiria, com a área de cinco mil cento e noventa e seis metros quadrados, a confrontar do norte com o Lote um, do sul e do poente com Congregação Franciscana e Outros, e do nascente com os Lotes três, cinco, seis e sete.**



**15. AJUSTAMENTO DE PORMENOR NOS TERMOS DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 1537/03 EM NOME DE RIBALIZ FUTEBOL CLUBE – Apreciação, discussão e votação;**

***ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DAS OBRAS PARTICULARES E URBANISMO)***

Boa noite senhores Deputados!

Esta é mais uma das situações de ajustamento de pormenor nos termos do artigo 96º do Regulamento do PDM, naquelas parcelas com número matricial que têm nessa matriz mais do que um uso, e em que o uso maioritário no caso, é o uso urbano, para construção urbana. Sendo que, nesse uso maioritário é mais de 2/3, como preceitua este artigo e na outra parte tem uso de Reserva Agrícola Nacional.

Este ajustamento de pormenor permite conferir à totalidade da parcela matricial o uso maioritário que é o uso urbano para que o Ribaliz Futebol Clube possa regularizar a situação da sua sede, como também a desanexação da RAN e que é solicitada à Reserva Agrícola Nacional.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Não há mais pedidos de esclarecimentos, vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade, aprovar o ajustamento de pormenor proposto, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 96º do Regulamento do PDM.**

Antes de irmos para o ponto final, e porque já sei que os senhores deputados apressam-se a sair, quero dizer duas coisas.

A primeira é pedir desculpa aos senhores deputados a quem fiz a troca de nomes, mas isso deveu-se ao facto de os elementos da Mesa terem estado a assinar mais de mil folhas durante o decorrer da sessão, e isso permitiu algumas distrações aqui.

Em segundo lugar para dizer que a próxima Assembleia Municipal terá lugar no salão da Junta de Freguesia da Barreira, a pedido antigo do seu Presidente da Junta, foi



nossa intenção inicial descentralizá-la para Freguesias rurais, esta não é propriamente uma Freguesia rural, mas depois de já termos estado em três penso que também é de justiça fazê-la numa Freguesia urbana, provavelmente na última sexta-feira de Junho, no dia 26. O senhor deputado Carlos André fez uma menção em relação dia da Assembleia de hoje, mas foram os dois feriados que obrigaram a deslocar a data.

Vamos então ao último ponto da ordem do dia.

**16. ALTERAÇÃO AO CONTRATO DA SOCIEDADE "GESTINLEIRIA – PARQUES EMPRESARIAIS DE LEIRIA, S. A.". REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS REEMBOLSÁVEIS - Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

A senhora vereadora Neusa vai dar alguns esclarecimentos.

***NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)***

Por força da publicação do regime jurídico que aprova o sector empresarial local, que é a Lei n.º 53/06 e também por força da nova Lei das Finanças Locais, é mais uma questão que a senhora Presidente há pouco referiu e que vem aqui causar alguns entraves à gestão, nomeadamente a participação dos Municípios em sociedades anónimas. Dizia eu que, por força destes dois diplomas, os Municípios estão impedidos de fazer suprimentos às sociedades de que fazem parte. E por isso mesmo é que há necessidade de alterar o artigo 4º do contrato da sociedade Gestinleiria, no sentido de permitir que se possam fazer prestações acessórias. Como sabem, os suprimentos são empréstimos que são remunerados, e os Municípios estão impedidos de o fazer por força destes dois diplomas, podendo contudo conceder prestações acessórias às sociedades desde que elas estejam previstas no pacto social. E portanto é isso que aqui é proposto.

Senhor Presidente, já agora aproveitava e dado o adiantado da hora, daria só mais um pequeno esclarecimento e tem a ver com a intervenção do senhor deputado José Augusto Esteves, relativamente aos parques empresariais.

Eu tenho aqui uma planta que dá a ideia do ponto de situação do parque empresarial de Monte Redondo.



Estamos a ver aqui esta mancha a verde, que são as parcelas que estão adquiridas e com escritura já celebrada; as outras que estão a cor-de-rosa e amarelo são as parcelas com contrato-promessa de compra e venda; e as que estão a azul, são as únicas que não estão adquiridas e que pertencem a um único proprietário da Freguesia de Monte Redondo, também empresário, e que está aqui a criar algumas dificuldades. Temos o processo de expropriação já entregue na DGAAL, está em bom andamento, temos tido alguns pedidos de esclarecimento por parte da direcção-geral, têm estado a ser prestados, e portanto o único entrave para que se entre em obra no parque empresarial de Monte Redondo, é este proprietário que tem dezoito parcelas e é o único que neste momento vai ser expropriado.

***PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)***

Muito obrigado senhora vereadora.

Antes da discussão deste ponto e também para esclarecer, informo que a Comissão da ETES ficou constituída por Daniel Carvalho (PSD), Luís Nunes (PS), Vitorino Pereira (BE), Carlos Guerra Coelho (PCP) e Francisco Francisco (CDS/PP).

Pergunto agora se alguém pretende discutir o ponto 16?

Não! Então vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao ponto dois do Artigo Quarto do contrato da sociedade «GESTINLEIRIA – PARQUES EMPRESARIAIS DE LEIRIA, SA» nos termos constantes do proposto.**

Assim sendo dou por terminados os trabalhos, agradeço a todos a vossa colaboração e até à próxima sessão.



## **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----  
-----

## **APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 26 de Junho de 2009, deliberou por maioria, quatro abstenções, aprovar a acta.-----

**O Presidente da Assembleia**

**Manuel de Jesus Antunes**

**A Assistente Técnica**

**Teresa Paula Pinto**